

Ana Carla Victoriano

Permacultura, Levando vidas onde há existências

Monografia apresentada para conclusão da disciplina Trabalho Final de Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

Orientador: Prof. Dr. Fernando S. Okimoto

Presidente Prudente

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Paulo e Sirlei, por serem minha estrutura, por me ajudarem mesmo em meio a dificuldades e colocarem o meu futuro como prioridade. Agradeço também as minhas irmãs Bruna e Caren que sempre estiveram ao meu lado nos momentos de dificuldade e por sempre sermos uma pelas outras. Quero agradecer a Bruna novamente por trazer ao mundo meus três pequenos, que fizeram minha vida ser muito mais divertida. Agradeço ainda aos meus avós por se preocuparem tanto com meu bem-estar e não medirem esforços para me ajudar.

Agradeço também a todos os amigos que Presidente Prudente me proporcionou, agradeço a Laiane, a Gianna, ao João, a Andressa, ao Pedro e a Sara por estarem do meu lado em momentos de felicidade, diversão, tristeza, medo, e os mais variados extremos que a faculdade me proporcionou, me ajudando a ser forte para enfrentar todos os desafios que a vida me impôs. Agradeço em especial para a realização deste trabalho ao Rodrigo, por organizar a minha vida e ajudar a priorizar meus objetivos, ao Maurício por me incentivar a buscar sempre melhorar meus trabalhos e a Tiyemi, por estar sempre ao meu lado e por me surpreender sendo sempre tão prestativa e solidária.

Por fim, agradeço a todos os meus professores, pelo aprendizado que me proporcionaram, ao Andersom pela dedicação em ajudar os alunos do curso. E agradeço ao meu orientador Fernando Okimoto por não medir esforços para a melhoria deste trabalho, contribuindo até mesmo com o meu interesse, pois a cada atendimento me fazia gostar mais do tema e almejar melhores resultados.

RESUMO

Este trabalho final de graduação teve a finalidade de, por meio da associação entre a filosofia da permacultura e da metodologia utilizada pelo placemaking, possibilitar uma revitalização sustentável, contemplando os reais anseios e as necessidades das comunidades envolvidas, experimentando assim as atribuições profissionais da autora, da futura profissão. O projeto propôs uma revitalização da área central de Presidente Prudente, mais especificamente do reconhecido quadrilátero central entre as principais avenidas da cidade, com o intuito de fomentar o comércio tradicional do bairro, estimular a vida nos espaços públicos e diminuir o impacto ambiental gerado na região por meio das tecnologias sociais, reconhecer e preservar o patrimônio histórico e arquitetônico local e suprir parcialmente as necessidades habitacionais do município. A realização do projeto foi desenvolvida por meio das seguintes etapas: análises feitas diretamente no bairro a partir de entrevistas, levantamentos realizados previamente no local que proporcionem o conhecimento do real problema da área a ser trabalhada, revisão bibliográfica sobre os temas abordados e a proposição do projeto urbanístico de revitalização. A intenção do projeto é a revitalização eficiente do Centro de Presidente Prudente, onde os impactos ambientais sejam minimizados ao máximo, respeitando a natureza e reproduzindo o máximo de dinâmicas sociais, econômicas e naturais possíveis.

Palavras chave: Permacultura; Placemaking; Revitalização; Centro.

ÍNDICE

CAOS URBANO 1

- 1.1 Qualidade
- 1.2 Centros Comerciais Tradicionais
- 1.3 A Questão da Habitação
- 1.4 Revitalização

TECNOLOGIAS SOCIAIS 2

- 2.1 Permacultura
- 2.2 Placemaking

LEITURAS PROJETUAIS 3

- 3.1 Flint- Aplicação de Placemaking
- 3.2 Terra UNA- ONG Permaculcuta

PROJETO 4

- 4.1 Diagnóstico
- 4.2 Proposta
- 4.3 Detalhamento

CONCLUSÕES 5

INTRODUÇÃO

Espaços públicos de qualidade apresentam um potencial muito grande nas dinâmicas dos centros urbanos, pois eles possibilitam experiências únicas de encontros sociais, envolvendo os mais variados grupos de pessoas, de maneira que não seria possível em qualquer outro lugar, entretanto, quando esses espaços não possuem tais virtudes, deixam de ser atrativos e desencadeiam uma série de problemas, tornando as cidades vazias e perigosas.

A fim de proporcionar melhorias aos espaços públicos, estes foram propostos sobre duas importantes ferramentas sociais, sendo elas a permacultura e o placemaking, a saber:

A permacultura é uma técnica que tem como propósito o bem-estar social, ambiental e econômico. Apesar de sua criação ser primordialmente para assentamentos rurais, sua evolução possibilitou um campo teórico tão rico e benéfico direcionado à sociedade e à sustentabilidade, que possibilitaram uma ampla aplicação para o meio urbano.

Já o placemaking busca a criação de comunidades nos lugares onde o espaço não seja o foco, mas sim as pessoas que os frequentam. Essa metodologia desenvolveu técnicas de planejamento em que as pessoas são incluídas no próprio processo de criação dos espaços.

A junção da filosofia da permacultura e da metodologia utilizada pelo placemaking possibilita uma revitalização sustentável, que contemple os reais anseios e as necessidades das comunidades. Essas técnicas necessitaram apenas de um direcionamento urbanístico para que seja possível sua aplicação.

A partir da abordagem desses temas o trabalho buscou

realizar uma revitalização na área central de Presidente Prudente com o intuito de fomentar o comércio tradicional do bairro, estimular a vida nos espaços públicos e diminuir o impacto ambiental gerado pela área por meio das tecnologias sociais já apresentadas. Esses temas serão aprofundados com o intuito de proporcionar fundamentação teórica para a estruturação do projeto. Certamente, a premissa foi de que a área central de Presidente Prudente está degradada e o diagnóstico apresentado ratificou tal hipótese.

Foi realizado também um diagnóstico da área, por meio de análises feitas diretamente no bairro a partir de entrevistas, levantamento de pesquisas realizadas previamente no local, proporcionando assim o entendimento da situação real da área a ser trabalhada, possibilitando a realização de um projeto urbanístico coerente de revitalização.

É proposto que a implantação do projeto deverá acontecer por meio do investimento municipal, de parcerias entre a comunidade que reside ou que frequenta o bairro e dos comerciantes, que serão beneficiados com o projeto de revitalização.

Ainda que o projeto completo seja realizado neste trabalho, sabe-se que, pela sua complexidade, sua execução não deverá acontecer em uma única etapa, mas implementado em etapas o que permite, inclusive, ser possível a avaliação dos usuários de modo a perceber se as alterações executadas foram ou não as sugeridas por eles. No caso de ser conflitante, pode haver replanejamentos e reprogramações que atendam as questões identificadas e, só no caso de concordância mútua, o projeto poderá evoluir para dimensões maiores.

Uma vez implementado o projeto ou pelo menos sua

etapa inicial, espera-se que ocorra união da comunidade, gerando uma população crítica, capaz de poder contribuir para o constante crescimento da cidade, impulsionando um comércio tradicional que se associe com o espaço público e promova mais usos a esse. Dessa forma, será fundado espaços públicos de qualidade, denominados a partir daqui de lugares, que convidem as pessoas a utilizá-los, levando vida à cidade, promovendo conforto e segurança das mesmas.

Assim, haverá uma cidade sustentável, onde os impactos ambientais sejam mitigados ou minimizados ao máximo, respeitando a natureza e reproduzindo o máximo de dinâmicas naturais possíveis.

CAOS URBANO 1



A necessidade de revitalização não é exclusiva para a área central de Presidente Prudente, ela decorre do modo padronizado de produção das cidades, que vem tornando-as cada vez mais caóticas.

Poluição, violência, segregação socioespacial, transtornos e insegurança no trânsito são elementos muito recorrentes nos centros urbanos, fazendo com que a vida das pessoas que as frequentam sejam extremamente atribulada. Entretanto, apesar de estarem evoluindo potencialmente, estes fatores não se iniciaram apenas recentemente. Tais elementos começaram a aparecer nas cidades pós Revolução Industrial¹, devido a exorbitante migração que núcleos urbanos receberam neste contexto. Segundo ROLNIK (1995), a indústria foi o “espetáculo e o inferno das cidades”, ao mesmo tempo em que possibilita as pessoas experimentar um universo infinito de possibilidades, vencendo as limitações da natureza, se torna infinita também a capacidade de destruição e violência.

A violência urbana (dos crimes e mortes, dos acidentes de carro, da destruição da natureza, da precariedade da habitação, das explosões de revolta) é a expressão viva do caráter contraditório da cidade industrial – ela é ao mesmo tempo potência catalisadora de energia e máquina da morte. (ROLNIK, 1995, p.82)

No Brasil, as infraestruturas dos meios urbanos não foram capazes de acompanhar o crescimento causado pela industrialização. Segundo MOTTA (1999) até mesmo as cidades planejadas, como Brasília, Goiânia e Belo Horizonte fugiram do controle dos planejadores. Para o autor, o crescimento das cidades brasileiras possui caráter espontâneo e anárquico.

Outro fator que contribuiu fortemente para o caos dos centros citadinos de hoje, foi o método modernista de projetar, por ignorar a escala humana e priorizar os carros. GEHL (2015) utiliza Brasília como símbolo de fracasso urbanístico, por não ser

projetada na escala do pedestre, não sendo convidativa então, para as pessoas. A Figura 1, mostra a monumentalidade entre edifícios e vias da cidade.

A cidade (Brasília) é uma catástrofe ao nível dos olhos, a escala que os urbanistas ignoraram. Os espaços urbanos são muito grandes e amorfos, as ruas muito largas e as calçadas e passagens muito longas e retas. (GEHL, 2015)

¹ Revolução Industrial, ocorrendo durante o início do séc XVIII na Inglaterra e no Brasil teve início na década de 30



Figura 1: A monumentalidade de Brasília. Fonte: LANG, Gianna-2017

O resultado do mal planejamento, ou da falta dele, nas cidades é o cenário que encontramos hoje: ruas desertas, espaços públicos degradados e sem vida, poluição exacerbada, insegurança, segregação socioespacial, entre outros elementos que tornam a vivência no meio urbano desagradável. Portanto, este quadro pode mudar por meio de revitalizações que mudem o foco do planejamento, direcionando-o para as pessoas, levando vida para as cidades.

1.1 QUALIDADE

Os transtornos vivenciados pela população citadina se tornam um problema ainda maior com a proporção que as cidades possuem atualmente. Desde a virada do século, o mundo é mais urbano que rural e esta dimensão alcançada pelas cidades impõe a necessidade de repensa-las.

A má qualidade em que se encontra o espaço urbano vem diminuindo seus usuários, a população está se limitando ao “uso obrigatório”, burocrático, das cidades - atividades em que a necessidade de serem executadas é independente da qualidade em que o espaço se encontra.

A função dos urbanistas, segundo GEHL (2015), é fazer com que a cidade cumpra com sua função social, melhorando a qualidade de vida urbana por meio de melhorias para as pessoas, fazendo com que a população queira vivenciar as cidades. Para isso o autor destaca a necessidade de se pensar na dimensão humana das cidades.

Gradualmente, calçadas estreitas foram ficando pontilhadas de placas de sinalização, parquímetros, postes, luminárias de rua e outros obstáculos colocados de modo a “não ficar no caminho”. Entende-se, “no caminho do tráfego motorizado”, que é o que importa. (GEHL, 2015, p.91)

Para JACOBS (2005) a composição das artérias viárias com postos de gasolinas, drive-ins são instrumentos para a destruição urbana, pois para beneficiar os veículos as ruas são transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para

quem caminha. Segundo a autora, os urbanistas direcionam o foco de seus projetos apenas em como movimentar e estocar mais veículos, desprezando outros meios de transporte, que são essenciais para as cidades.

Para GEHL esse é exatamente o problema, pois a cidade se comporta segundo os convites que recebe. Ao planejar mais vias, o que se tem é exatamente mais veículos, a cidade sempre terá o tanto de tráfego que o espaço permite ter. Para mudar esta perspectiva, é necessário então, repensar os convites. O que acontece se aumentar os espaços para pedestres e ciclistas? E caso os espaços de permanência sejam melhorados, tornando agradável utilizá-los por mais tempo? São estas questões que se deve ter em mente ao planejar, quem e o que se deseja convidar.

Na falta do direcionamento do planejamento para as pessoas e, decorrente a isso, da falta de qualidade dos espaços públicos, a população passou a optar por passar seu tempo em espaços cada vez mais privados, que acabam por isola-las do mundo exterior. Ficam então, enclausuradas, seja dentro dos muros de suas residências (que tendem a ser cada vez mais isoladas), ou em condomínios fechados que as segregam ainda mais do mundo exterior, fazendo com que percam o convívio entre pessoas diferentes do seu ciclo social, diminuindo sua visão real de mundo.

1.2 CENTROS COMERCIAIS TRADICIONAIS

Como foi explanado no subcapítulo anterior, é extremamente ruim para as cidades quando as pessoas deixam de utilizar espaços públicos para utilizar espaços privados; no comércio isto não é diferente. Isto porque a atividade comercial é essencial para o desenvolvimento urbano, e sua composição representa a essência e a estrutura da cidade, o mercado que dá vida e sentido a ela. Mas para o desenvolvimento comercial é necessário um planejamento urbano adequado, pois estes conceitos estão extremamente conectados, e para conquistar o sucesso de um é preciso repensar ambos. Dessa forma, “espaços públicos de qualidade não só beneficiam as pessoas, ao oferecer áreas de lazer e convivência, como têm potencial de fomentar a economia da área onde estão inseridos” (PACHECO, 2017).

Cidades onde faltam investimentos públicos geram desinteresse e declínio para os centros comerciais, segundo MISSIGIA (2017), transtornos como: insegurança, degradação da infraestrutura, falta de acessibilidade de pedestres e tumulto entre veículos, são responsáveis por prejudicar a interação entre o comércio e a cidade. Entra-se em um ciclo vicioso de decadência, onde a cidade perde a vitalidade e esvazia, muitas áreas perdem até o propósito de comércio, sendo induzidas a processos de deterioração e marginalização (PROCOPIUCK, DJALO, 2008, p.319).

Enquanto os centros comerciais tradicionais passam por dificuldades com a falta de investimentos, os shoppings centers entram em cena, absorvendo ainda mais o fluxo de pessoas dos centros. Os shoppings têm surgimento nas décadas de 80 e 90, com

a proposta de combinar lazer a atividades de compra, resgatando e modernizando a ideia das antigas feiras que aconteciam no surgimento das cidades, onde o lazer também era combinado a atividades comerciais (CLEPS, 2004, p.120).

No interior dos shoppings se tem a “eterna primavera”, com espaços climatizados, designer de interiores, montagens cenográficas e mobiliários que levam conforto ao consumidor, criam espaços genéricos que podem ser reproduzidos em qualquer lugar do mundo, sem nenhuma identidade. Estes estabelecimentos se autosegregam da vida pública, formando barreiras que desarticulam a trama urbana, e são um incentivo ao uso de veículos individuais.

Já o comércio tradicional, encontrados nos centros urbanos, possuem características únicas em cada cidade, por ser fruto de um processo histórico e expressar o desenvolvimento do comércio e da arquitetura. A inserção do comércio é harmônica com o traçado urbano e está fortemente vinculado ao espaço público, fazendo com que os usuários criem o sentimento de pertencimento e identidade.

Com o apoio do poder público, o comércio tradicional pode agregar atrativos como os dos shoppings somados às qualidades já existentes que foram mencionadas, gerando um desenvolvimento comercial por meio da integração entre as diversas ambiências urbanas e as atividades comerciais. Dessa forma, irá se iniciar um ciclo, onde melhores condições urbanas atrairão mais pessoas, que passarão a consumir mais e sua presença tornará mais atrativo e vivo o espaço urbano.

1.3 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Além dos problemas já citados contribuidores para o caos das cidades, existe um outro vilão cujo é responsável por separar as classes sociais e funções no espaço, este processo é chamado de segregação espacial. Segundo ROLNIK (1998), a segregação age como cercas que delimitam as fronteiras imaginárias dentro da cidade definindo o lugar de cada coisa e cada morador. Para a autora, este recorte também dificulta o acesso ao trabalho:

Além de um recorte de classe, raça ou faixa etária, a segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia. (ROLNIK. 1998)

Um grande prejuízo desse processo é o grande deslocamento que a população necessita se submeter para realizar atividades diárias, gerando tumulto no trânsito, superlotação de meios de transporte coletivo, poluição atmosférica, gasto em transporte, além do transtorno psicológico pelo tempo de locomoção diária.

Afim de fugir da perversidade da segregação, milhares de pessoas buscam a ocupação de edifícios abandonados em centros comerciais, como saída para o isolamento causado por esse processo, mas ao escolher esta saída a população se submete a insegurança construtiva presente nestes edifícios, colocando suas vidas em risco para conseguir ter acesso a cidade e a infraestrutura que deveriam possuir por direito.

A insegurança vivida por esta população virou notícia com o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, uma tragédia ocorrida no dia 1º de maio de 2018, levando 9 pessoas a óbito. Esta lamentável tragédia motivou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo

do Brasil (CAU/BR) a se manifestar sobre os problemas sociais urbanos, não só da cidade de São Paulo, mas de todo o país.

Segundo o CAU/BR as cidades estão susceptíveis a tragédias do gênero devido a omissão do estado em recuperar centros urbanos com enfoque na habitação social. O conselho dos arquitetos julga o estado por não priorizar cobrir o crescente déficit habitacional, mascarando problema com programas de moradia nas periferias das cidades, deixando a população trabalhadora longe de seus empregos.

Diante da necessidade de políticas de habitação que articulam a cidade, o CAU/BR organizou uma Política Nacional dos Centros Urbanos, com 12 itens elencados em nota emitida por eles, que são:

1. Reorientação dos programas habitacionais para atender à demanda habitacional em áreas centrais, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Habitação;
2. Efetiva implementação, com aporte de recursos, da Lei 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública para o projeto, reforma e construção de habitação de interesse social;
3. Implementação plena dos subsídios previstos no Plano Nacional de Habitação ou de alternativas inovadoras como a «locação social»;
4. Inserção da habitação nos Planos Diretores como elemento vital dos centros urbanos e priorização da habitação social no zoneamento dessas áreas;
5. Destinação prioritária de imóveis vazios da União, dos Estados

e dos Municípios para operações urbanas oriundas da política de recuperação dos centros;

6. Fortalecimento da participação das comunidades diretamente interessadas no planejamento dos novos programas, com transparência e monitoramento cidadão da Sociedade;

7. Maior envolvimento dos promotores imobiliários nas discussões para viabilização de empreendimentos sociais de qualidade, com boa localização e adequados às condições de emprego e renda;

8. Priorização da intervenção nos perímetros urbanos com infraestrutura de serviços públicos já existente e consolidada;

9. Disponibilização de recursos financeiros e subsídios para a requalificação (retrofit) de edificações das áreas centrais degradadas por falta de manutenção ou pela desocupação gradativa pelos proprietários ou inquilinos;

10. Simplificação dos procedimentos de licenciamento sem perda da eficácia das normas de segurança;

11. Utilização compulsória do IPTU progressivo como regra para as edificações e glebas urbanas que não cumprem sua função social;

12. Conjugação das políticas habitacional, urbanística e do patrimônio cultural, de maneira a que as áreas centrais contem com equipamentos públicos como escolas, postos de saúde e parques e preservem sua identidade.

(GUIMARÃES, 2018)

O CAU/BR declara que está à disposição do poder público para contribuir na estruturação da Política Nacional de Recuperação dos Centros Urbanos e na construção coletiva de cidades mais compactas, justas e inclusivas.

Diante disso, é essencial que o estado utilize da política mencionada para proporcionar moradia digna nos centros urbanos para a população carente, proporcionando-as oportunidade de emprego, economia em transporte e equipamentos públicos que supram suas necessidades.

1.4 REVITALIZAÇÃO

A crescente perda de qualidade urbana, como já dito, é um ciclo, que cresce gerando cada vez mais núcleos urbanos perigosos e desertos. Mas é possível modificar esse processo para tornar a cidade viva, o instrumento usado para reverter o não uso dessa é a revitalização.

Revitalização é o planejamento estratégico capaz de reconhecer, manter e introduzir valores. É intervir de médio a longo prazo, assumindo e promovendo vínculos entre os territórios, atividades e pessoas. A intervenção urbana obriga a interferir na melhoria da qualidade do ambiente, no quadro socioeconômico ou na vida de um determinado local (MOURA, 2006, p. 21). Serão tratados autores que realizaram pesquisas para deixar as cidades mais vivas seguras e sustentáveis.

Segundo GEHL (2015), a vida nas cidades acontecia naturalmente em um outro tempo, mas agora isso se perdeu. Hoje, exige-se muito esforço para manter as cidades vivas e tranquilas em uma combinação de lugares, pois áreas desoladas surgem naturalmente, quebrando a harmonia do espaço urbano; para evitar esse efeito e manter a vivacidade da cidade é necessário focar nas pessoas como atração principal.

Jane Jacobs (2009) explica que a perda da vivacidade é muito prejudicial na vida das pessoas, pois o espaço público tem a incrível capacidade de reunir pessoas que não se conhecem socialmente, de maneira íntima, promovendo contatos interessantes, proveitosos e significativos que só são possíveis na esfera pública. Para a autora, se os habitantes se limitassem a convivência na vida

privada, a cidade não teria serventia. A Figura 2, mostra como os espaços públicos podem ser ricos e proporcionar diversas atividades, com o exemplo da Plaza Brasil, em Santiago (Chile). A variedade de usos possíveis, como equipamentos infantis, comércio, uso noturno e ainda áreas livres que possibilitam variados usos.



Figura 2: A Diversidade dos Espaços Públicos, exemplo da Praça Brasil, Santiago (Chile). Fonte: ARCHDAILY (2017)

Para levar vida nas cidades, de acordo com GEHL (2015), o planejamento deve conter rotas diretas, lógicas e compactas, e os espaços de lazer devem possuir dimensões modestas e hierárquicas. Um grande erro dos planejadores, segundo ele, é na dimensão dos espaços; para serem atrativos, estes espaços devem ser complexos, com atividades combinadas, assim como diz o autor: “o que a cidade viva realmente precisa é uma combinação de espaços públicos bons e convidativos e certa massa crítica de pessoas que queira usá-los.” (GEHL, 2015, p.68).

Espaços atrativos fazem com que as pessoas passem mais tempo nas ruas e isto é valioso, porque a vida das cidades depende de quantas pessoas utilizam o espaço e de quanto tempo elas passam nos mesmos, desta forma, calcular “quantos” e “quanto tempo” é estimar a vitalidade dos centros urbanos e fazer com que as pessoas passem mais tempo é potencializar a vitalidade. Dessa forma, o tráfego de pessoas é essencial para manter as cidades vivas, quando se tem um tráfego agradável e se tem fachadas atrativas ao nível dos olhos (dentro da escala humana), o caminhar se torna mais lento e atrativo, aumentando assim a vivacidade das ruas.

Outro fator essencial para que as pessoas utilizem o espaço urbano é a segurança e a cidade se torna segura com as próprias pessoas que a utilizam. A cidade segura é dividida por GEHL (2015) em dois pontos, sendo a segurança no tráfego e a prevenção a criminalidade.

A segurança no tráfego é um grande problema devido aos planejadores focarem nos veículos automotores, proporcionando mais e melhores condições para os carros e não buscarem métodos que beneficiem os pedestres, dificultando seus percursos com barreiras e obstruções. Na Figura 3 nota-se o quanto é comum as obstruções das calçadas, dificultando a passagem de pedestres; na Figura 4 fica claro a quem as vias são destinadas, com placas que proíbem ciclistas e pedestres.



Figura 3: Obstruções nas calçadas. Fonte: Acervo Pessoal 2018



Figura 4: Proibido pedestres e ciclistas. Fonte: MIYOSHI, Tiyemi- 2018

Durante a invasão de veículos, além dos pedestres, as bicicletas também foram excluídas, mas no século XXI elas voltaram gradualmente a serem reconhecidas em algumas cidades, assim como os pedestres. Com esta mudança de foco surgiram instrumentos de planejamento que desenvolveram várias possibilidades de ruas, fugindo das tradicionais, onde o carro deixa de ser o único protagonista.

A segurança enquanto prevenção da criminalidade é avaliada por JACOBS (2009). Para a autora, a segurança é conquistada a partir da diversidade de funções nas edificações e pelo próprio uso das pessoas. As calçadas e as ruas possuem como função fundamental manter a segurança das cidades por meio de seus usuários, pois estes são protagonistas ativos do drama urbano da civilização versus a barbárie.

A autora criou o termo “olhos da rua”, onde defende que a segurança das cidades está nos olhos da população, por pessoas que frequentam a rua e o espaço público, ou por “fachadas ativas”, termo usado para as fachadas até quatro pavimentos que possuem aberturas para a rua e os usuários e residentes destes locais podem olhar e contribuir para a segurança das ruas.

Um grande perigo para a cidade é quando as pessoas criam o sentimento de medo com a cidade, pois quando as pessoas deixam de usar a cidade por medo, seu movimento também é reduzido e este fato a torna verdadeiramente insegura, “Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras” (JACOBS, 2009).

Para GEHL (2015), reforçar a vida nas cidades é uma maneira de aumentar a segurança real e aumentar também o sentimento de segurança das pessoas. O grande problema é que tentativas privadas, ao tentar proteção contra a criminalidade,

fecham as cidades, piorando o quadro de insegurança. Deve-se então criar conexões entre as pessoas e a cidade de maneira que elas não se sintam intimidadas, porque elas mesmas vão tornar as cidades seguras.

Os urbanistas devem então realizar um dinamismo de atividades que mantenha a rua e os espaços públicos sempre em movimento e as pessoas devem ter a consciência de que ao se exilar em muralhas estarão desperdiçando os benefícios que utilizar o espaço público podem proporcionar a elas, além de estarem comprometendo a segurança da cidade.

Outro fator importante a buscar pelo meio urbano é a sua sustentabilidade. Para FARR (2013), o urbanismo sustentável é uma cidade que promova um estilo de vida saudável e sustentável, por meio do redesenho do ambiente construído a fim de proporcionar maior qualidade de vida.

Para SILVA e ROMERO (2011), a expansão urbana é a grande vilã da sustentabilidade, pois a dispersão exige maior quantidade de transporte, acarretando em poluição do ar e impermeabilização do solo, que além de ser prejudicial a permeabilização da água, impacta o clima urbano. SILVA (2010), completa que a compactação da cidade, a influenciará benéficamente.

Dentro dos limites do perímetro urbano, definir uma cidade densa, e diversificada, com sobreposições de funções, áreas verdes e espaços públicos, de encontro na qual se exige pouco deslocamento motorizado e se minimiza o impacto ambiental, refletindo diretamente na melhoria na qualidade de vida das cidades. (Silva, 2010, p.54)

Existe uma organização denominada Transit Oriented Development (TOD) que orienta para que o transporte seja projetado de forma sustentável, buscando um traçado em que torne mais conveniente e seguros caminhar, usar bicicleta ou transporte público. Na Figura 5, eles ilustram seus 8 princípios.

Princípios do Transporte



- 1- Compactar
- 2- Adensar
- 3- Conectar
- 4- Transportar

- 5- Misturar
- 6- Pedalar
- 7- Mudar
- 8- Caminhar

Figura 5- Princípios do transporte na vida urbana. Fonte: ITDP, editado pela autora

Os princípios consistem em:

1. Compactar, a reorganização urbana pode encurtar viagens;
2. Adensar, aumentando a densidade nas proximidades de estações de transporte;
3. Conectar, por meio de vias, ruas de pedestres e ciclovias, por meio desta variedade de opções a mobilidade se torna mais direta;
4. Utilizar o transporte público, oferecer sistemas de transporte rápidos, frequentes, confiáveis, integrados e de alta capacidade;
5. Misturar, quando há variedade de usos ao longo das vias os percursos tornam-se mais agradáveis;
6. Pedalar, forma eficiente e conveniente de se deslocar à média distância;
7. Mudar, incentivar usos diferentes do transporte automotor
8. Caminhar, investir em ambientes confortáveis para as pessoas andarem a pé; (ITDP, 2018)

Por meio da mobilidade urbana sustentável se pode diminuir muito o impacto das cidades, e melhorar a qualidade de vida das pessoas, tornando a cidade saudável. GEHL (2015) chama a atenção para o sedentarismo da população urbana e culpa a falta de dimensão humana no urbanismo. “É alto o preço da perda de atividade física como parte da rotina diária: a diminuição da qualidade de vida, um dramático aumento nos custos de saúde e uma menor expectativa de vida” (GEHL, 2015, p.111).

Para o autor, introduzir exercícios na vida diária beneficiará a saúde dos moradores e isto pode ser conseguido por meio da melhoria de percursos de pedestres, como calçadas largas, melhor pavimentação, arborização que gere sombra para o percurso dos pedestres, retirada de obstruções desnecessárias das calçadas e melhorando cruzamentos. Segundo GEHL (2015), estas

mudanças ajudariam a solucionar problemas de saúde e, tanto a qualidade de vida quanto a qualidade urbana, seriam beneficiadas.

Além das técnicas apresentadas até agora, existe uma tecnologia que aborda a sustentabilidade sob uma perspectiva diferente, trabalhando conjuntamente com a natureza, por meio da observação e reprodução de processos naturais já existentes. Esta técnica será abordada detalhadamente no capítulo posterior e recebe o nome de Permacultura.

Tecnologias Sociais 2



2.1 PERMACULTURA

A permacultura nasceu da tentativa de transformar a agricultura convencional em uma “permanente agricultura”, onde as plantações não agrediriam o solo; e a partir dessa vertente foram desenvolvidos métodos onde a valorização da partilha e o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente fossem determinantes. Apesar de o seu início ser restritamente destinado ao campo, ela passou a ser aplicada também na cidade, por meio da implantação harmoniosa do urbano na natureza, a fim de diminuir os impactos ambientais e proporcionar aos moradores melhorias como socialização, conforto ambiental e garantir alimentos saudáveis.

Vale ressaltar que a permacultura foi concebida inicialmente para um método de agricultura permanente, hoje se transformou em algo muito mais abrangente, inclusa, e que trabalha diretamente com todas as relações invisíveis na sociedade. (NEME, 2014 p9)

O surgimento da permacultura se deu entre a década de 60 e 70 durante a Revolução Verde, onde a agricultura era baseada na monocultura e no uso intensivo de estimulantes químicos que resultou na deterioração dos solos, diminuindo drasticamente a produção. Diante disso, surgiram estudos que visavam promover uma técnica de agricultura em que a produção não agrediria o solo; esses estudos foram desenvolvidos pelos pesquisadores Bill Mollison e David Holmgren. Desenvolveram uma estratégia de projeto com a união do conhecimento secular dos povos antigos unidos às técnicas adquiridas com a ciência moderna, tendo como o objetivo planejar áreas humanas produzidas de forma sustentável por meio

de sistemas que respeitem os ciclos naturais e o equilíbrio de biomas (NEME, 2014).

Estabeleceram, primeiramente, três princípios éticos, em que ordenariam o desenvolvimento de técnicas da permacultura. Eles são: o cuidado com as pessoas, o cuidado com a terra e a produção e partilha de excedentes, conforme a ilustração na Figura 6. O cuidado com as pessoas é o incentivo, a cooperação e colaboração da vida social em comunidades e preencher as necessidades básicas de alimento, abrigo, educação, trabalho e convivência. O cuidar da terra é respeitar, preservar e criar identidade com o planeta; é cuidar das pessoas e de todas as coisas vivas e naturais e ser agradecido pelo solo que provem todas as suas necessidades. Por fim, produzir e compartilhar excedentes é ser livre dos vícios da ilusão da necessidade do supérfluo. As necessidades do homem são muito menores do que o mundo capitalista os faz acreditar; se libertando dela o consumo é reduzido, dando espaço para a partilha.

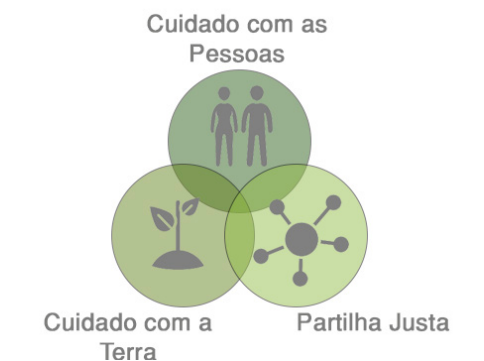


Figura 6: Três princípios da permacultura. Fonte: Elaborado pela autora

Dando início ao planejamento permacultural, ocorre a identificação de setores que distinguem os diferentes elementos da natureza e os redirecionem ao benefício de suas necessidades. Estudando todos os agentes existentes, como direção dos ventos, presença de água, insolação ou áreas sombreadas, pode-se revertê-los ao seu favor, a fim de ampliar potenciais e barrar inconveniências, criando, desta forma, microclimas que possibilitam uma gama de possibilidades projetais. Uma vez identificado os setores, são traçadas estratégias para utilização da terra sem desperdício ou poluição e integração de todos os elementos projetados de forma a criar ciclos fechados, onde não ocorra desperdício ou gasto desnecessário de energia (SOARES, 1998 p. 08). Na Figura 7, pode-se observar um estudo de setores de um sítio:

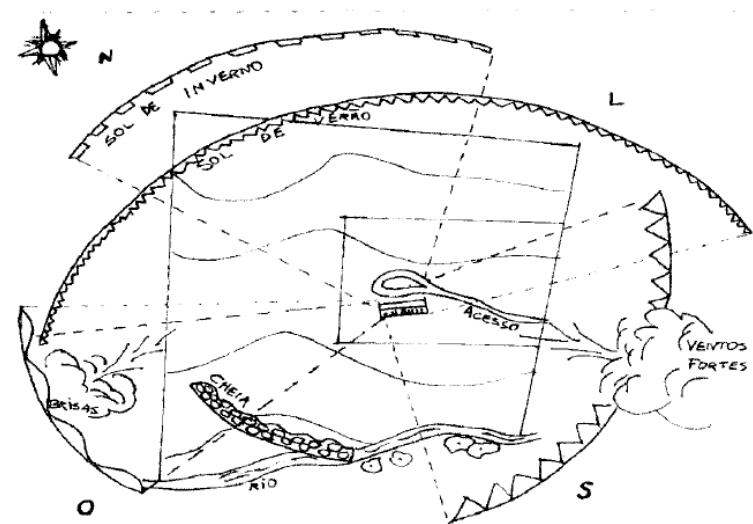


Figura 7: estudo dos Setores. Fonte: SOARES, 1998 p. 08

Além da identificação dos setores, o planejamento é dividido em zonas. As zonas, diferentemente dos setores que planejam pelas energias externas, terão como partido as energias internas do sistema. Estas são projetadas de maneira a economizar

o máximo de trabalho e recursos, tenta-se, também, fechar ciclos de forma que os resíduos gerados por um elemento sejam reutilizados como insumo de outro e, de preferência, este processo deve acontecer sem necessidade de transporte, diminuído assim o trabalho e a poluição. Bill Mollison destaca a importância da relação entre o posicionamento de entradas e saídas elaboradas pelo design para tornar o trabalho desnecessário.

Todas las necesidades insatisfechas representan trabajo, y todo trabajo representa la satisfacción de necesidades insatisfechas. Nada de esto es necesario, si se ha colocado cada elemento relacionando lo con sus necesidades y salidas. (Bill Mollison, 2001)

O desenho é então dividido por seis zonas, sendo que a distância da mesma ao morador é determinada pela frequência de uso e cuidado que ela requer. A primeira zona trabalhada é a zona 0, ela consiste no interior da residência ou local de trabalho, todo edifício pode ser modificado para ser mais eficiente energeticamente e voltado para produção de alimento. A zona 1 é a área mais próxima da casa, será trabalhada com os elementos que necessitam de cuidados diários ou uso frequente. Na zona 2 são trabalhados os elementos que precisam de menos atenção que a zona 1, mas ainda requerem atenção regular. A zona 3 já é um pouco mais longe, podendo incluir culturas com fins comerciais, que ocupam mais espaços e não necessitam do manejo diário. A zona 4 raramente precisará ser visitada, pode ser trabalhada com o extrativismo sustentável e o manejo florestal; outra possibilidade é a recriação de florestas de alimentos em regiões desmatadas. Já a última zona, a 5, só terá permitida a entrada para estudar ou ocasionalmente coletar sementes; é uma zona que deve possuir a natureza intacta para servir de referência para compreender os processos naturais. Nem todas as zonas são fundamentais para o desenho. O projetista tem liberdade para uni-las ou subdividi-las.

Outra etapa importante para o planejamento com base na permacultura foi desenvolvida pelo seu cocriador David Holmgren, que estabeleceu 12 princípios de planejamento, que são guiados pela ética da permacultura, já mencionada: “cuidar da terra, cuidar das pessoas e partilha justa”. Os princípios são:

- 1- Observar e interagir; consiste em observar as correlações da natureza e buscar reproduzi-las.
- 2- Armazenar energia; é o processo de observar como a natureza capta energia nas regiões e microbacias e levar a técnica no seu uso doméstico, vai além de usar energias renováveis, pois se deve repensar a necessidade do uso das coisas antes do consumo.
- 3- Obter um rendimento; além de pensar no futuro do planeta, a permacultura provém melhorias em curto prazo, como obter um rendimento por meio de alimentos diários, abrigo e disponibilidade de água.
- 4- Praticar a autorregulação e aceitar feedbacks; como não se tem um controle dos inúmeros fatores envolventes do processo, por vezes é necessário executar interferências e/ou manutenções.
- 5- Valorização de recursos renováveis; segundo Holmgren deve-se ter um melhor uso de recursos naturais renováveis para o manejo e a manutenção das produções, fazendo o uso diário efêmero do sol, das marés, da água e do vento, pois são energias diárias ou sazonalmente renováveis.
- 6- Não produzir desperdícios; a minimização de desperdícios pode se dar por meio de cinco atitudes: recusar, reduzir, reaproveitar, reparar e reciclar; para isso deve-se atentar que produtos com selo “ambientalmente correto” normalmente se atentam apenas a última atitude.
- 7- Criar um design partindo de padrões até chegar aos detalhes; “uma linguagem de padrões de planejamento em permacultura ao focalizar exemplos de estruturas e organizações

que parecem ilustrar o uso equilibrado de energia e recursos” (HOLMGREN, 2013, p. 219).

8- Integrar ao invés de segregar, entre seres humanos, elementos naturais ou animais; a união fortalece o sistema, sendo essencial para a vida nesses sistemas.

9- Use soluções pequenas e lentas; o mundo moderno traz a ideia de que não se pode perder tempo com pequenas coisas, porém singelas estratégias podem trazer grandes resultados em longo prazo e ser eficazes e duradouros.

10- Use e valorize a diversidade; a monocultura possibilita uma baixa variedade de nutrientes, além de necessitar altos níveis de agrotóxicos. A diversidade é algo característico dos seres humanos e somente por meio dela se pode garantir a segurança alimentar.

11- Use os limites e valorize o marginal; marginal são as zonas que limitam um bioma de outro, e estes possuem uma rica diversidade, por possuir características dos biomas que o cercam. Aumentar esses aspectos irá gerar maior produtividade no sistema.

12- Use a criatividade e responda a mudança; por mais que um sistema seja bem executado é necessário que seja regularmente avaliado. A durabilidade de um sistema depende de sua flexibilidade e mudança. (HOLMGREN, 2013)

Para o desenvolvimento sustentável atender as atuais necessidades humanas, será necessária uma revolução cultural que deverá ser complexa e multifacetada. Com o declínio das energias não renováveis, precisará de estratégias e técnicas para se viver dentro dos limites ecológicos, e essa possibilidade será encontrada na permacultura, com suas estratégias complexas de design (HOLMGREN, 2013).

2.2 PLACEMAKING

Segundo o Instituto Kairós (2011), tecnologias sociais são produtos técnicos ou metodologias replicáveis e inovadoras, desenvolvidas com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social, podendo ser aplicada a diferentes realidades.

O placemaking é uma técnica desenvolvida pela ONG Project for Public Spaces (PPS), de Nova York, que instiga os planejadores a mudarem as perspectivas de construir. O objetivo do placemaking é direcionar o planejamento para as pessoas, tornado elas o foco das cidades, a fim de criar espaços que contribuam para sua a felicidade e bem-estar, deixando assim de ser meros espaços para tornarem-se “lugares”.

Apesar do termo placemaking ter início na década de 90, os pensamentos que o originaram começaram no início dos anos 60, por meio de Jane Jacobs e de Holly Whyte, ao elaborarem ideias inovadoras sobre a criação de cidades para pessoas, tema também abordado posteriormente por Jan Gehl. Esses três escritores estruturaram, então, a técnica do placemaking.

No processo projetual, o placemaking busca a participação da comunidade para trabalhar coletivamente nas melhorias do bairro, investigando com os moradores a sua importância social e cultural, buscando também traçar suas identidades físicas, culturais e sociais.

A PPS elaborou 11 Princípios para transformar os espaços públicos em lugares vibrantes, são eles:

1. O especialista é a comunidade. Deve-se identificar os

talentos ativos presentes na comunidade por meio de perspectivas históricas do local e da memória dos moradores. Identificar as pessoas que se interessam pelo local e a importância para quem é de fora.

2. Crie um lugar, não um desenho urbano. Pensar o design não é suficiente para criar lugares de encontro, é preciso criar lugares que tenham forte senso de comunidade e que sejam atrativos todos os dias e em todos os horários, é necessário listar as atividades que podem ser exercidas em diferentes momentos. Deve-se fazer com que as pessoas sejam bem-vindas a partir de um visual confortável, de acessibilidade ao pedestre e de fachadas ativas interessantes.

3. Encontre parceiros. Parcerias são muito importantes para o sucesso das melhorias. É preciso identificar empresas, instituições e organizações presentes no bairro e explicar a intenção de melhorias no espaço.

4. Você pode ver muito ao observar o espaço. Ao observar o espaço você pode perceber os sucessos e fracassos dos ambientes. Observando o comportamento das pessoas é possível identificar o que elas gostam ou não e com o tempo, descobrir o que falta e, após fazer alguma mudança, observar se ela obteve sucesso. Outro aspecto a se analisar é como as pessoas utilizam o espaço em diferentes momentos do dia.

5. Tenha uma visão para o espaço. A visão deve vir de cada comunidade e deve especificar quais atividades podem ser oferecidas, as intervenções que vão tornar o espaço mais confortável

e garantir que o espaço seja importante e atrativo para as pessoas. O projeto deve ser elaborado de forma que as pessoas que utilizam o bairro sintam orgulho do espaço e se identifiquem com ele.

6. Comece com o básico: simples, rápido e barato. Espaços públicos são muito complexos, é muito difícil fazer uma reforma total de uma só vez. Executando melhorias em curto prazo, como instalações de bancos, café na rua, arte, faixa de pedestre e hortas comunitárias podem gerar impactos significativos. Após ser executado, deve-se observar o resultado, investindo no que obtiver sucesso e corrigindo o que não obtiver.

7. Triangule. O posicionamento de elementos pode influenciar as pessoas a se aproximarem e se relacionarem. Este posicionamento ideal pode ser conseguido por meio de tentativas, havendo o reposicionamento várias vezes até conseguir estimular as pessoas a se relacionarem.

8. Eles sempre dizem “isso não pode ser feito”. O processo para criar bons espaços públicos não é difícil e é provável que surjam obstáculos, principalmente pelo fato de não ser um procedimento objetivo; mas quando se faz um projeto flexível, pode-se conseguir chegar a um resultado muito satisfatório.

9. A forma deve dar suporte à função. Primeiro, se pensa na função que se pretende dar ao local, posteriormente se pensa no design e no espaço necessário para serem realizadas as atividades desejadas.

10. Dinheiro não é problema. Quando os benefícios são grandes os custos se tornam insignificantes. O envolvimento da comunidade e de parcerias diminui os gastos.

11. Você nunca terminou. Bons espaços públicos atendem a necessidades, opiniões e mudanças da comunidade; o espaço está em constante mudança, dessa forma, as necessidades das pessoas também mudam e projetos que foram positivos podem deixar de ser.

Além destes princípios, a PPS também apresenta alguns modos de transformar as cidades, por meio do placemaking, em espaços públicos, buscando espaços que realmente unam as pessoas, sendo atrativos para múltiplos públicos e garantindo que nenhum grupo seja dominante, sendo seguro e acolhedor para todos.

As ruas são espaços públicos muito caóticos, elas estão em constante conflito com o tráfego de automóveis, por serem tradicionalmente voltadas para os veículos. O planejamento, segundo o placemaking, deve ser voltado às pessoas e lugares, não para os carros. A rua ideal é voltada para diferentes modos de transporte e possui hierarquias de vias que facilitam na organização. Devem se relacionar com os edifícios e criar espaços de relação interpessoal.

Criar praças e parques voltados a múltiplas atividades. Esses espaços, quando não utilizados, geram insegurança para os moradores. É interessante, então, que possua atividades acontecendo todo o tempo, por meio da multiplicidade de usos. Outro elemento importante desses espaços é a heterogeneidade do público, pois neles é possível desempenhar a difícil função de atrair pessoas de diferentes classes de renda, faixa etária e gênero, permitindo conexões mais ricas para as pessoas.

Os edifícios que dão acesso à rua devem se conectar com o tecido urbano e estar na escala humana, a fim de se tornar agradável para quem caminha a sua frente. Instituições públicas, além de se conectar com o entorno, devem ser convidativas; é extremamente prejudicial para o tecido quando até mesmo as instituições públicas acabam parecendo fortalezas, maneira como muitas escolas e outras instituições vêm sendo construídas.

Outro importante fator é identificar os talentos e recursos dentro da comunidade, por meio de uma perspectiva histórica. Essas informações podem criar um senso de propriedade para o projeto a ponto de garantir o seu sucesso. A participação da comunidade também ajuda na identificação das dinâmicas que irão surgir após o

projeto ser implantado, garantindo o sucesso em longo prazo.

O placemaking, dessa maneira, busca formar lugares prósperos e fortes. Próspero diante do contentamento da comunidade e fortes, devido à união e à capacidade de construir e gerir sua própria cidade, criando a capacidade de superar crises de diversas naturezas.

Leituras Projetuais 3



FLINT- APLICAÇÃO DE PLACEMAKING

Flint é uma cidade norte-americana, situada no estado de Michigan, que teve uma importante economia voltada para a produção de veículos. Nela foram instalados os principais fabricantes de carruagens e automóveis, mas crises voltadas à produção automotora influenciaram muito fortemente na sua dinâmica.

Na década de 1960, o aumento da automação fabril na empresa General Motors diminuiu drasticamente o número de funcionários, havendo a demissão de mais de 30 mil trabalhadores. Nas últimas décadas, a empresa foi retirada da cidade, fazendo com que se tornasse símbolo da decadência pós-industrial com uma margem altíssima de crimes, desemprego e prédios vazios, devido à diminuição da população, segundo o diagnóstico da PPS. Segundo dados do FBI, em um levantamento entre as 10 cidades mais violentas do país no ano de 2011, Flint aparece em primeiro lugar, registrando 23,4 crimes violentos a cada mil habitantes.

Apesar de a cidade ser dotada de espaços públicos, eles apresentam design pobre, negligência, vandalismo e não é usado pela população. A cidade tem tentado atrair turistas por meio de repetidos projetos de alto custo como o luxuoso Hyatt Regency Hotel, de US \$ 30 milhões, o Water Street Pavilion, um shopping interno com sede em um festival e o AutoWorld, com US \$ 80 milhões, sendo o maior parque temático coberto do mundo. Mas eles foram à falência, tomados por outras entidades ou demolidos. Para a PPS, o problema foi a cidade tentar construir a cidade de tantas formas, e nenhuma envolver a população.

A PPS trabalhou uma série de treinamentos e workshops

para a comunidade re-imaginar a cidade por meio de seus lugares existentes. “O objetivo era simplesmente identificar os lugares com os quais as pessoas mais se importavam e, em seguida, encontrar maneiras de melhorar a função e as conexões desses lugares com outros lugares”, (BURNETT,2008), deixando as pessoas energizadas, com vontade de trabalhar em conjunto.

O resultado desta conversa foi o foco em três lugares estratégicos no centro da cidade, sendo eles um parque ribeirinho (Riverbank Park), o campus Universitário da cidade de Michigan-Flint e um mercado de agricultores, o Flint Famers’ Market. O objetivo era torná-los lugares de múltiplos usos, sendo atrativos em muitas horas do dia e em todas as estações do ano.

O mercado dos agricultores (Figuras 8 e 9) de Flint foi reconstruído na sua localização original de 1940, a PPS recomendou melhorias adicionais dentro e fora do mercado:

As sugestões incluem enfatizar vendedores de alimentos frescos, renovações que incluem a exposição das vigas de madeira originais, a criação de um pavilhão interno / externo para organizar mais eventos o ano todo, um ancoradouro e um pequeno parque no rio e o estabelecimento de uma passarela de pedestres com paisagismo e banners para integrar o mercado com seus arredores.

O parque está situado nos dois lados do rio, mas existem muros de concreto delimitando sua extensão, dificultando sua integração, além de ficar abaixo do nível dos olhos da rua, não possuindo visibilidade. As recomendações da população no



Figura 8: Mercadodos Agricultores. Fonte: PPS



Figura 9: Mercadodos Agricultores. Fonte: PPS

workshop com a PPS foram de fortalecer as atrações no parque, proporcionando eventos. A intenção é que as pessoas deixem de utilizar as ruas para utilizarem o parque. Os voluntários contribuíram com grandes plantações de jardins e com a repintura de mobiliários.

A Universidade de Michigan-Flint direcionou investimentos que proporcionaram um centro amigável aos pedestres, preservação histórica, maior apoio educacional, melhoria das ofertas culturais e de entretenimento e atração de trabalhadores mais jovens. A PPS forneceu uma estrutura comum que se sobrepõe a todos esses usos.

A cidade está entrando em um novo período de crescimento, com investimentos públicos e privados. Estão aparecendo prédios restaurados, a população do centro voltou a crescer e agora o objetivo é conectar esses novos investimentos por meio dos espaços públicos. A PPS foi convidada também para revitalizar os espaços públicos de dentro de Flint.

TERRA UNA- ONG DE PERMACULTURA

A permacultura teve início no Brasil em 1992, no Rio Grande do Sul, por meio de um curso ministrado por Bill Molisson, formando permacultores que disseminaram o conhecimento adquirido e fundando diversos institutos. Hoje, contamos com nove institutos, além de diversas comunidades, ONGs e redes que propagam a permacultura pelo país; dentre essas está a ONG Terra Una.

A Organização Terra Una apoia ações transdisciplinares que visam à sustentabilidade ecológica, ao redesenho social e ao desenvolvimento integral do ser humano, atuando em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua atuação inclui plantio de árvores, difunde ferramentas sociais, educação ambiental, construção de escolas, acolhimento de visitantes e voluntários, além de possuir uma comunidade residente, formando uma ecovila.



Figura 10: Ecovila Terra Uma. Fonte: TERRA, 2018

A ecovila Terra Uma, localizada no município de Liberdade em MG, difunde um modelo de vida mais sustentável, por meio da integração de práticas, técnicas e valores. Fazem uso da permacultura e da bioconstrução, além de técnicas de agroecologia para o design e manutenção do espaço.

A comunidade da ecovila está equipada com uma escola transdisciplinar, cuja proposta pedagógica é a ecoalfabetização, abordagem crítica que traz a visão do pensamento sistêmico aplicado à educação, desenvolvida pelo físico Fritjof Capra.

A escola trabalha com comunidades sustentáveis,

cooperando com a transição de paradigma exploratório da natureza para um modo regenerativo do ambiente em que vivemos; regenerativo na ecologia do planeta, nas relações sociais, na economia e na visão de mundo.

Desta forma, a organização atua no presente, por meio da ação atual em cuidar do meio ambiente e preza pelo futuro, formando pensamento crítico em crianças que expandirão o projeto e o modo de vida ecológico.



Figura 11: Escola Terra Uma. Fonte: TERRA, 2018

Projeto 4



4.1 DIAGNÓSTICO

Presidente Prudente situa-se a Oeste do estado de São Paulo, a 558km da capital paulista e a 472m acima do nível do mar. A área do município está estimada em 562,107 km² dos quais 16,5600 km² correspondem a área urbana. Sua população, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 é de 207 625 habitantes (PRESIDENTE PRUDENTE, 2018).

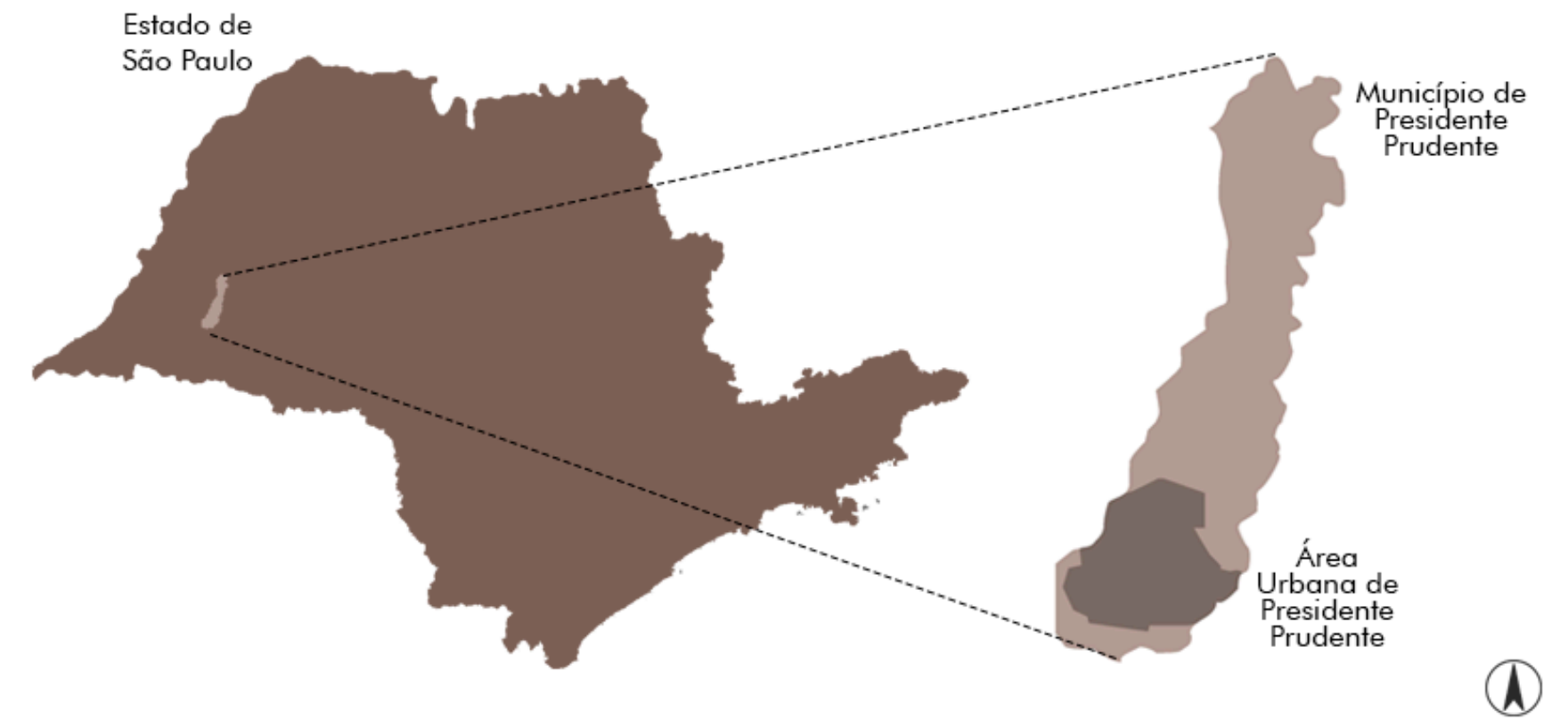


Figura 12: Mapa de localização de Presidente Prudente. Fonte: Elaborado pela Autora

Assim como as demais cidades do Oeste Paulista, Presidente Prudente teve sua fundação por influência da implantação da linha férrea (Figura 13 e 14). Sua importância no surgimento da cidade era tão significativa que ao longo de sua implantação foi inserido o patrimônio industrial da cidade com unidades beneficiadoras de matéria prima, foram também construídas as vilas ferroviárias, os galpões industriais, e várias indústrias as quais configuraram uma paisagem urbana, presentes até hoje (Baron, Paiva, 2015 p. 33).

O primeiro traçado da cidade foi determinado pela tangente da linha férrea, formando a Rua Rio Branco, a atual Washington Luiz e esta foi utilizada para separar a fazenda, a qual estava sendo repartida em pequenas áreas para plantações, do traçado que daria início ao primeiro loteamento da cidade, a Vila Goulart. A ocupação da vila foi muito rápida, pois o Coronel às vendia a preço baixo e não se preocupava com a documentação das terras, o que trouxe problemas de planejamento, mas facilitou a rápida ocupação (SPOSITO, 1995 p. 07).

Em relação ao clima, a região em que Presidente Prudente está inserida sofre atuação da maioria dos sistemas atmosféricos presentes na América do Sul, seu clima é considerado tropical seco e possui variações de temperatura média anual de 21,6°C. O crescimento de Presidente Prudente provocou impacto no clima urbano, a cidade já gera desconforto por conta do calor e este é intensificado ainda mais pelo crescimento citadino, conjuntamente com a impermeabilização exacerbada dos solos, pela utilização de materiais de construção inadequados para o clima, pela derrubada da vegetação original e por implantar bairros sem nenhum tipo de vegetação (AMORIM, 2000).

Já em relação ao uso e ocupação do solo, a cidade não é muito diversificada, as unidades residenciais representam 87% da área, sendo que as não residenciais (indústria, comércio e serviços) representam apenas 13%; estes serviços estão localizados, em sua maioria, na área central. O centro formalmente abordado por esse



Figura 13: Linha Férrea 1960. Fonte: Acervo Fotográfico do IBGE, 1960



Figura 14: Linha férrea no traçado atual. Fonte: Produzido pela autora.

trabalho consiste na área contida entre as quatro principais avenidas da cidade, onde concentra a maior parte do comércio e do setor financeiro da cidade, com destaque para a Rua Ten. Nicolau Maffei, o atual calçadão, onde há principalmente lojas populares. E esta área que será abordada no presente trabalho.

ANÁLISE DA ÁREA

O quadrilátero central é composto por 25 quadras, delimitadas pelas avenidas Washington Luís, Brasil, Manoel Goulart e Coronel Soares Marcondes, sendo a primeira área urbanizada da cidade, caracterizada pelo traçado ortogonal de 88 metros de lado. O bairro foi escolhido por ser uma área adensada e com diversas problemáticas sociais, econômicas e ambientais, em que a necessidade de uma requalificação se faz necessária, a Figura 15 apresenta a localização da área perante o município.

A área central é essencialmente comercial e impacta todos os moradores da cidade de Presidente Prudente, tendo uma importância muito relevante também nas cidades da alta sorocabana. Um projeto de revitalização impactará, então, uma população muito maior que apenas os seus moradores.

Para maior conhecimento da área, foram realizados estudos através de visitas e entrevistas. As visitas foram realizadas nos dias 22/03, 05/04, 03/05, 04/05, 08/05, 09/05, 10/05 no ano de 2018; realizadas em diferentes horários a fim de compreender, vivenciar e registrar; por meio de desenhos, representações digitais e fotografias; as dinâmicas do bairro.

Durante as visitas, foram aplicadas entrevistas com pessoas que frequentam a área, sendo elas vendedores ambulantes, consumidores, o presidente da associação comercial e uma pessoa em situação de rua; com o objetivo de conhecer as demandas da população que frequentam e vivem a área. As entrevistas não seguiram questionários, pois a intenção era deixar livre para as pessoas expressarem suas opiniões sem que houvesse indução de

respostas.

Por meio das visitas e das entrevistas realizadas no bairro, juntamente com a utilização de métodos realizados por LAMAS (1993) e BENTLEY (2004), foram realizados cartogramas que expressam as dinâmicas do bairro, com o objetivo de identificar seus problemas e potencialidades e assim, a partir do amplo conhecimento do bairro, poder realizar sua revitalização.



Figura 15: Quadrilátero Central. Fonte: Produzido pela autora

ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas entre a população que se mostrou disposta a conversar sobre as possíveis melhorias que poderiam ser realizadas no quadrilátero central de Presidente Prudente e olhar criticamente a cidade em busca de melhorias. Infelizmente um número reduzido de pessoas se dispuseram a conversar sobre o assunto, percebeu-se que existia desinteresse da parte da população em buscar por melhorias, foi observado também o estresse da população pelo alto número de abordagens que são susceptíveis na área e além disso foi observado que a população, em sua maioria, possui medo de se posicionar em relação a assuntos políticos.

Entre as entrevistas que foram possíveis de serem aplicadas, ouviu-se elogios, ideias para melhorias e críticas. Dentre os elogios se destacou a qualidade da limpeza (apenas nos questionários aplicados longe das praças) e o elogio generalizado de que “tudo é bom”, não almejando nenhuma melhoria.

Já as entre as ideias para melhoria o que se destacou foi em relação a arborização, com pedidos para aumentar o número de árvores, substituir árvores antigas que ameaçam desabar e ainda foi pedido um projeto de paisagismo para contribuir esteticamente para a área.

As críticas se destacaram entre as pessoas que se dispuseram a falar; a crítica mais presente foi em relação à segurança (pela falta de especificação entendeu-se ser segurança criminal), sendo seguida pela falta de segurança no trânsito e falta de segurança noturna, a falta de infraestrutura também foi muito

criticada, a falta de limpeza (em questionários aplicados próximo as praças, o que suponha-se ser a explicação para a divergência), entre várias outras queixas pontuais que, em sua maioria, ligam-se a problemas maiores que foram mais citados. A Figura 16 apresenta as queixas realizadas durante as entrevistas com tamanho da palavra proporcional ao número de repetição pela comunidade.

Entre as entrevistas realizadas entre a população, chamou a atenção uma conversa que aconteceu com uma pessoa em situação de rua. Possuindo aproximadamente 30 anos, o morador se abriga junto com outras pessoas embaixo do pontilhão, em vagões vagos da linha férrea. Me abordou ao me ver fazendo desenhos da área, curioso para saber da reforma proposta na Praça da Bandeira, ao descobrir que eu não sou funcionária da prefeitura declarou que a reforma irá tirá-los de lá, mas manifestou-se a favor dela, pois a cidade “fica feia cheia de moradores de rua”. Ao eu perguntar a situação em que vivem lá, declarou: “a gente não sofre aqui não, só quando chove ou faz frio, mas a gente vive bem”. O conformismo com que foi declarado, e a falta de expectativa de melhorias mostrou um sentimento de não pertencimento a cidade e a seus recursos, que só pode ser explicado com o descaso em que são tratados, não recebendo nenhum recurso, ajuda ou empatia.

Outra conversa que vale ser destacada foi com o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Presidente Prudente (ACIPP), Ricardo Anderson Ribeiro, que se dispôs a contribuir com sua opinião sobre a área central. O presidente demonstrou possuir uma posição crítica e empreendedora perante

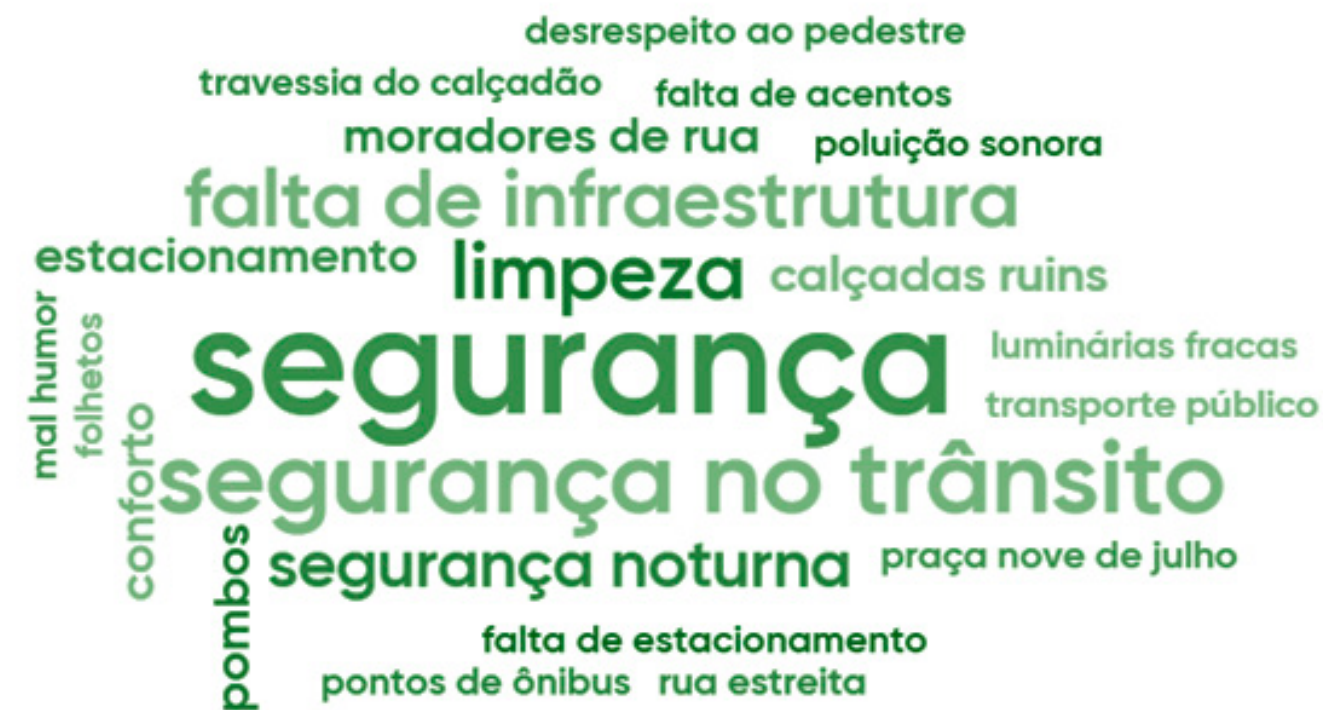


Figura 16: Reclamações da população segundo a intensidade de repetição. Fonte: elaborado pela autora.

a cidade, apresentou a importância da valorização do pedestre para o comércio, pedindo por uma padronização das calçadas, infraestrutura de mobiliário que abasteça o comércio com mesas, bancos, lixeiras e áreas de descanso para os consumidores. Destaca ideias também em fechar a Barão do Rio Branco como um segundo calçadão, ou pelo menos diminuir os estacionamentos para alargar as calçadas. O presidente também se preocupa com problemas de drenagem das águas da chuva, mencionando que em chuvas mais fortes a tubulação existente não é suficiente, sendo necessário aumentar as tubulações ou diminuir a área impermeável, destaca ainda a importância da vida noturna e a importância da valorização do patrimônio histórico da cidade, mostrando ter pela cidade de Presidente Prudente uma memória valiosa de seu passado, conta

que a vivacidade da área central era muito maior quando existia o cinema e os jovens frequentavam a área durante a noite como ponto de socialização, lamentando a prática ter se perdido. As ideias do comerciante se conectaram bastante com o que se esperava desenvolver no projeto, mostrando uma harmonia em grande parte dos objetivos e sua visão enriqueceu muito o trabalho.

As entrevistas possibilitaram olhar a área por ângulos que uma análise de alguém de fora não mostraria. Possibilitou compreender quais são os maiores medos e anseios da população, abordando uma rica variedade de pessoas e perspectivas.

PERMEABILIDADE

Permeabilidade, segundo BENTLEY (2004) é a capacidade do espaço em ser penetrado; quando se dá a um espaço muitas formas de acesso, ele se torna permeável, fazendo dele um lugar mais receptivo. Os reflexos da permeabilidade influenciam também no impacto ambiental, pois quando o espaço não possui uma acessibilidade fácil, requerem-se mais recursos para acessá-lo.

A permeabilidade automotora no quadrilátero central é composta por quatro vias arteriais, que são os principais acessos ao restante da cidade, sendo elas

a Avenida Brasil, Avenida Coronel Soares Marcondes, Avenida Washington Luiz e Avenida Manoel Goulart. As avenidas são vias de mão dupla, contendo dois leitos carroçáveis e um para estacionamento em cada um dos sentidos e, com a exceção da primeira, possuem canteiro central dividindo os fluxos. No total as vias locais possuem cerca de 9 metros, como mostra a figura 17 dois leitos carroçáveis e estacionamento de ambos os lados; e as avenidas variam entre 9 e 18 metros, como mostra a figura 18. A figura 19 exemplifica as dinâmicas dos fluxos e nomeia as vias para facilitar a identificação.

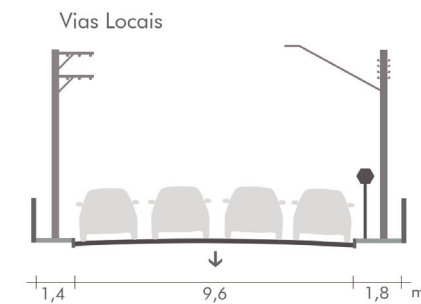


Figura 17: Corte exemplo de vias locais. Fonte: Produzido pela Autora

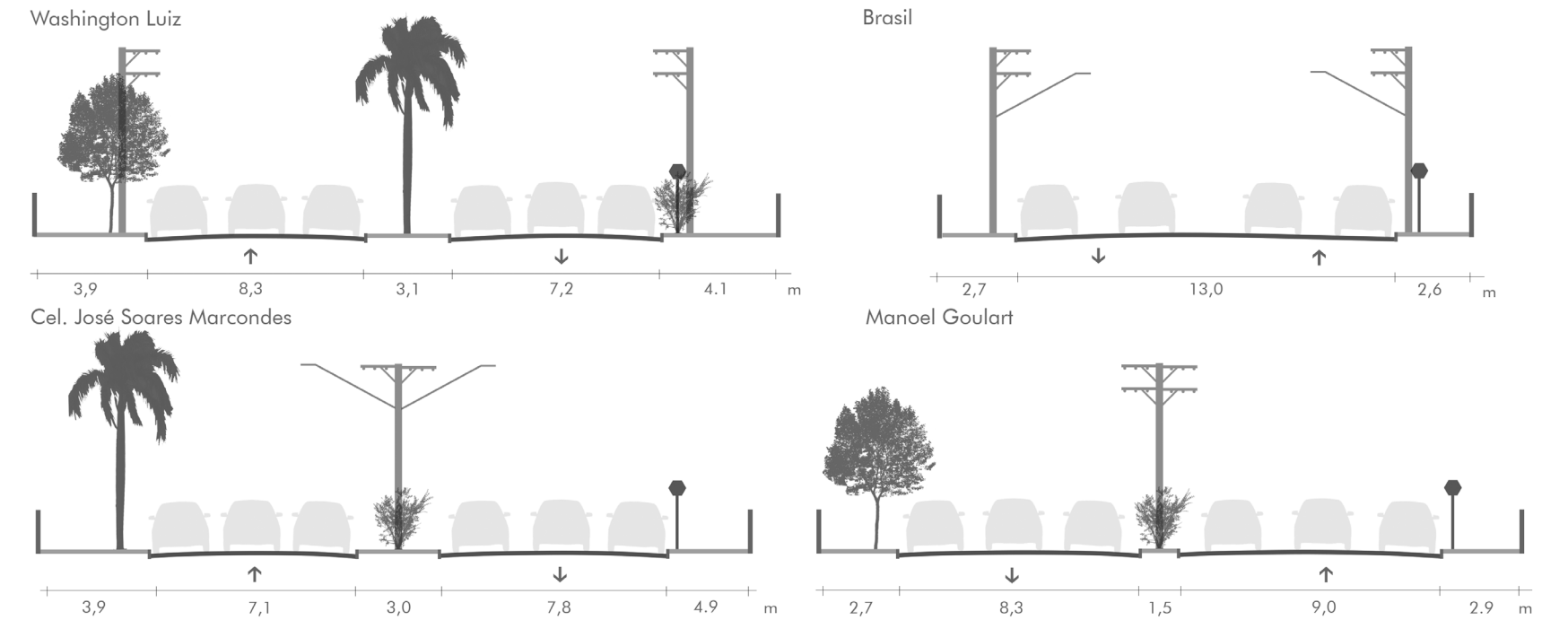


Figura 18: Corte das avenidas pertencentes ao quadrilátero central. Fonte: Produzido pela autora.

Identificação e Sentido das Vias

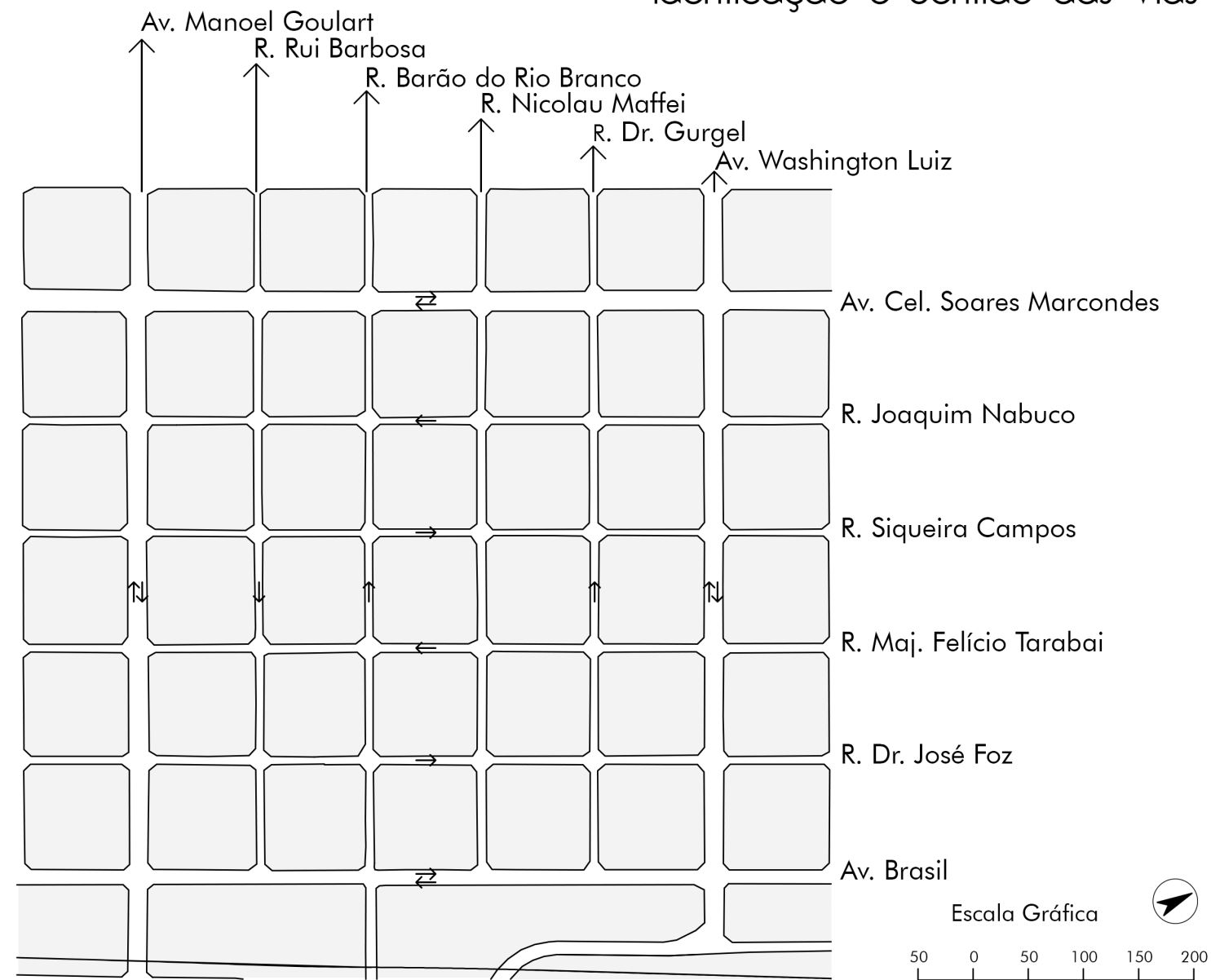


Figura 19: Identificação e sentido das vias. Fonte: Elaborado pela autora.

O fluxo automotor na área é muito grande, possuindo pequenos, mas constantes congestionamentos. Foi elaborado um levantamento de duas em duas horas da velocidade dos veículos na área, sendo que, quando não há congestionamento, foi considerado a velocidade da via, de 30km/h, a fim de computar o trânsito da região. Confira na Figura 20 a velocidade das vias por horário, das vias paralelas à linha férrea.

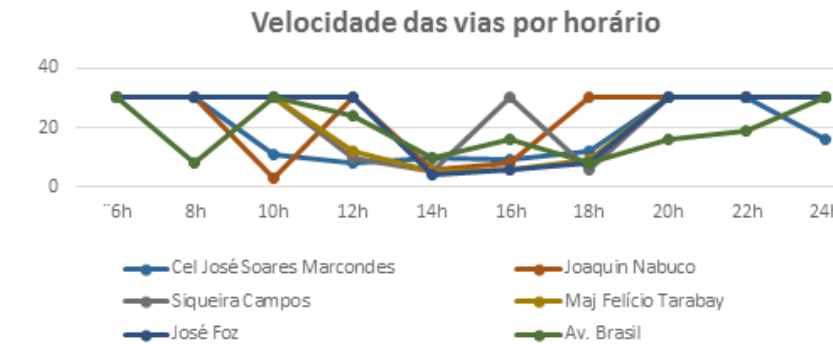


Figura 20: Velocidade das vias por horário. Dados coletados pela autora, execução do gráfico por GUERRA, Rodrigo

Na Figura 21 é possível observar a velocidade das vias por horário, das vias perpendiculares à linha férrea.

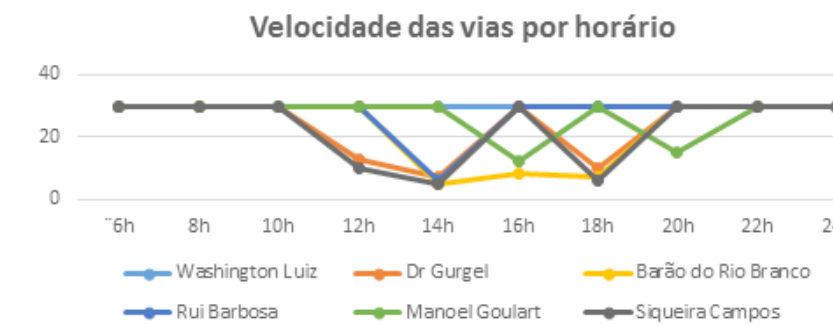


Figura 21: Velocidade das vias por horário. Dados coletados pela autora, execução do gráfico por GUERRA, Rodrigo

Segundo os gráficos, é possível observar maior congestionamento no período da tarde, entre 12h e 18h, mas na

Avenida Brasil e na Avenida Joaquim Nabuco, mesmo antes desse horário já foi registrado lentidão no trânsito. Apesar de Presidente Prudente ser uma cidade média, encontram-se consideráveis congestionamentos na área central, mesmo esses sendo problemas mais frequentes em grandes cidades.

Além dos congestionamentos, segundo entrevistados, encontra-se muita dificuldade na mudança de vias entre os veículos, ocasionando percursos maiores, confusões no trânsito ou até mesmo acidentes. Segundo MATSUMOTO (2012), o centro de Presidente Prudente possui a maior concentração de acidentes da cidade, possuindo concentração ainda maior em dias de semana a partir das 14h e aos sábados no período matutino, horários equivalentes a maior concentração de veículos.

Já em relação aos pedestres, os meios de locomoção se resumem entre as calçadas, o calçadão e as praças. As calçadas possuem dimensões variadas, mostrando que os edifícios não respeitaram a testada que foi planejada, pois o espaço da calçada foi invadido. As calçadas também possuem problemas pela quantidade de obstáculos, como rampas, lixeiras, equipamentos que desrespeitam a NBR 9050 e o código de obras da cidade, o que dificulta muito a locomoção de quem opta em caminhar.

Outra opção para os pedestres é o calçadão, construído no ano de 1979, um projeto que redirecionou a via Ten. Nicolau Maffei de veículos para uso exclusivo de pedestres, fazendo uma ligação entre a Praça Nove de Julho e a Praça da Bandeira. O piso da via foi substituído por concreto armado, e é equipado com piso tátil proporcionando maior amplitude, conforto e segurança para o pedestre na área. A extensão passou a ser mais movimentada e o comércio foi altamente fomentado. Segundo o presidente da associação comercial, até mesmo o preço do solo sofreu alteração devido à valorização da região.

As praças também possuem maior permeabilidade

para os pedestres, a Praça Nove de Julho é muito permeável, possibilitando diferentes percursos em seu interior, acompanhada de vegetação e mobiliários. Já a Praça da Bandeira possui sérios problemas de permeabilidade, a área composta pelo camelódromo é estreita, mal iluminada e mal ventilada. Em entrevista com uma comerciante da área, foi recebido queixas da circulação do local. Na extremidade norte da praça, há um parque infantil completamente cercado, agindo como uma barreira para a praça; a fim de vencer esse obstáculo, as pessoas deram início a caminhos dos desejos, em seu entorno, fazendo percursos alternativos para desviar de seus bloqueios; a figura 23 mostra a dificuldade de permeabilidade do local.

A permeabilidade da região, com exceção da Rua Ten. Nicolau Maffei, é direcionada para veículos e, mesmo com esse foco, possui problemas de congestionamentos e falta de estacionamentos, sendo um comprovante da teoria já mencionada de GEHL (2013), em que quanto mais vias e projetos destinados a veículos, maior será o número de veículos, tornando a situação cada vez mais caótica. A figura 22 apresenta a permeabilidade dos veículos, toda a área apresenta um movimento muito grande de veículos, mas foi destacado as vias que ainda se destacam pelo movimento, a intensidade das linhas representa a intensidade de veículos. Por outro lado, no bairro, os pedestres recebem convite apenas para a rua Nicolau Mafei, possuindo assim um incentivo muito discreto para se optar pela caminhada, mas ainda assim algumas vias possuem um fluxo considerável de pedestres. A figura 23 mostra a as vias mais utilizadas pelos pedestres, com a intensidade da quantidade de uso que recebem.

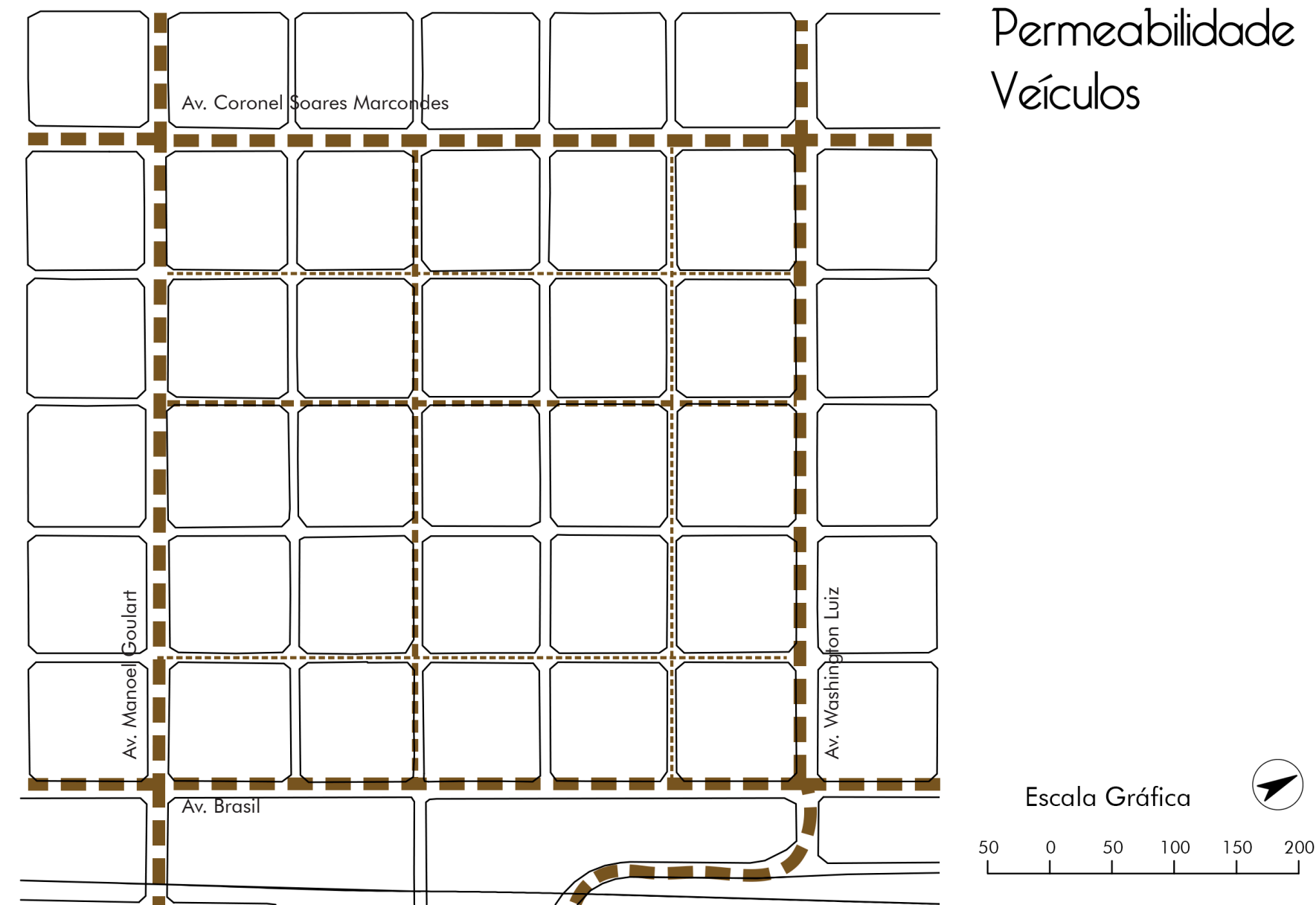
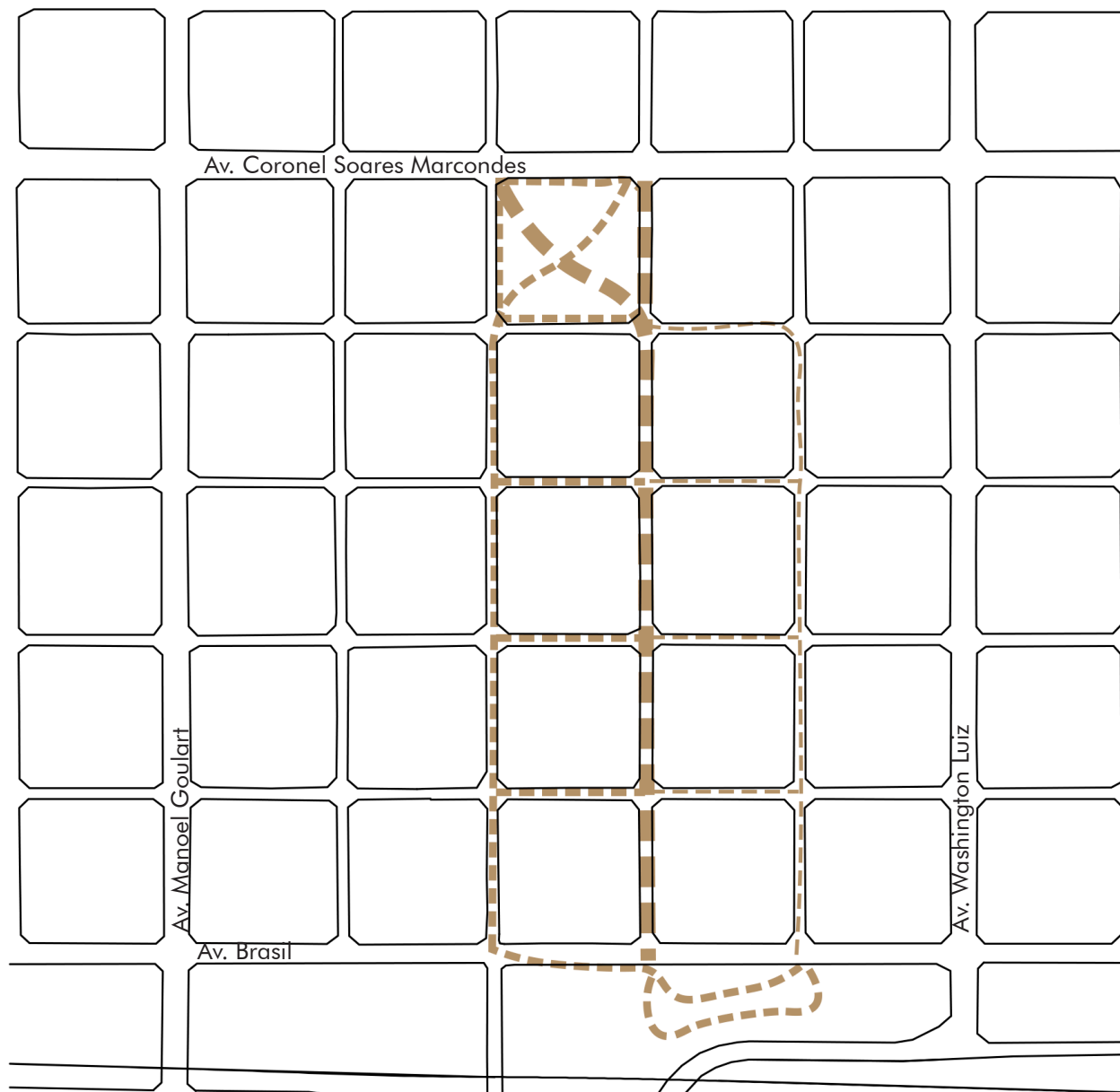


Figura 22: Diagrama de Permeabilidade de Veículos. Fonte: Produzido pela autora



Permeabilidade Pedestres

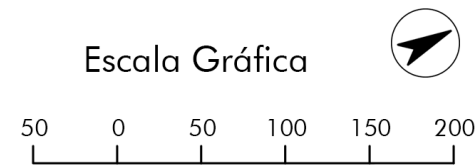


Figura 23: Diagrama de Permeabilidade de pedestres. Fonte: Produzido pela autora

FIGURA FUNDO E LOGRADOURO

O cartograma de figura fundo nada mais é que o arranjo de sólidos em um vazio que torna possível observar o adensamento construtivo da área. O Centro, por ser o primeiro bairro fundado na cidade de Presidente Prudente, é extremamente adensado no ponto de vista das construções, pois são poucas as áreas no interior das quadras que ainda estão vazias. Porém, no ponto de vista de densidade demográfica, o número de pessoas habitando a área é baixo, como mostra a Figura 24, não possuindo, portanto, grande número de moradores em si, mas sendo movimentado por populações que não residem na área.

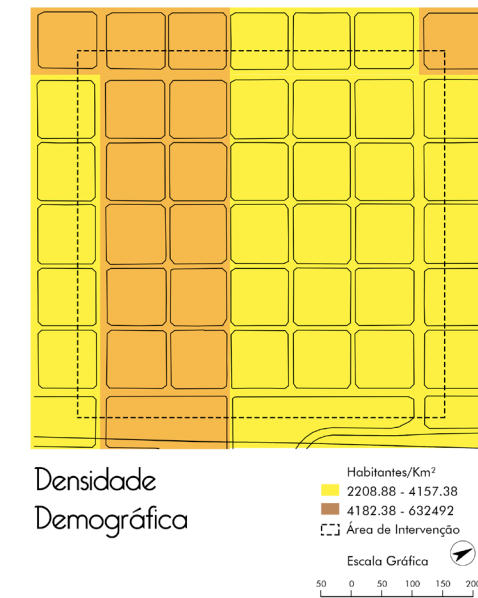


Figura 14-Densidade Demográfica. Fonte: Dados do IBGE reproduzido pela autora

Outro ponto importante a destacar são os domicílios vagos da área, que atingem um número muito alto (figura 25), provando que esta densidade tão alta está sendo desperdiçada, e na figura 26, pode-se observar a densidade construtiva da área.

Já o logradouro mostra os espaços livres no interior das quadras e são áreas possíveis de serem exploradas. Na área, os espaços livres são raros, se concentrando nas praças e em algumas áreas da linha férrea. Na Figura 27, é possível identificar a escassez de espaços livres no bairro.

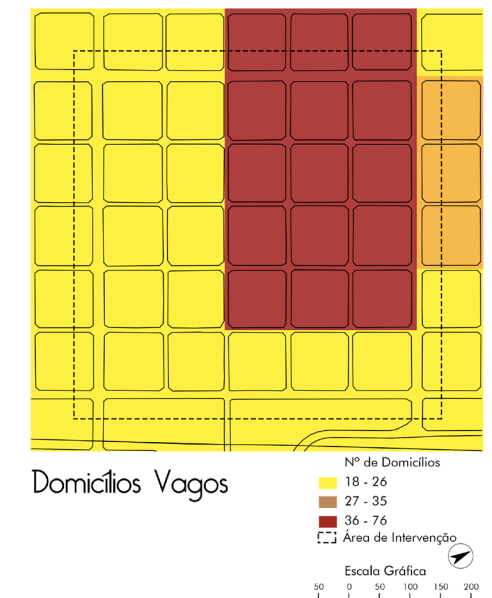


Figura 15-Domicílios Particulares não ocupados ou vagos. Fonte: Dados do IBGE reproduzido pela autora



Figura 26: Diagrama de Figura Fundo Fonte: Produzido pela autora



Figura 27: Diagrama de Logradouro. Fonte: Produzido pela autora

EDIFÍCIOS ABANDONADOS

Um grande problema observado no bairro é a quantidade de edifícios vagos, abandonados ou subutilizados, estes trazem prejuízos estéticos, funcionais, além de ser um grande desperdício por ser uma área rica de equipamentos, possibilitar empregos, lazer, além da qualidade e quantidade de comércio, possuir tantas construções sem uso.

Os edifícios são o mais variados possível, possuindo habitação, comércio, hotéis, mas o que mais se destaca são edifícios que o térreo é utilizando com comércio, mas possui pavimentos superiores vagos e deteriorados. A fachada comercial com grandes letreiros escondem o abandono existente na cidade, limitando o olhar do transeunte ao térreo. A figura 28 ilustra em mapa a localização dos edifícios abandonados e a figura 29 os edifícios correspondentes ao mapa.

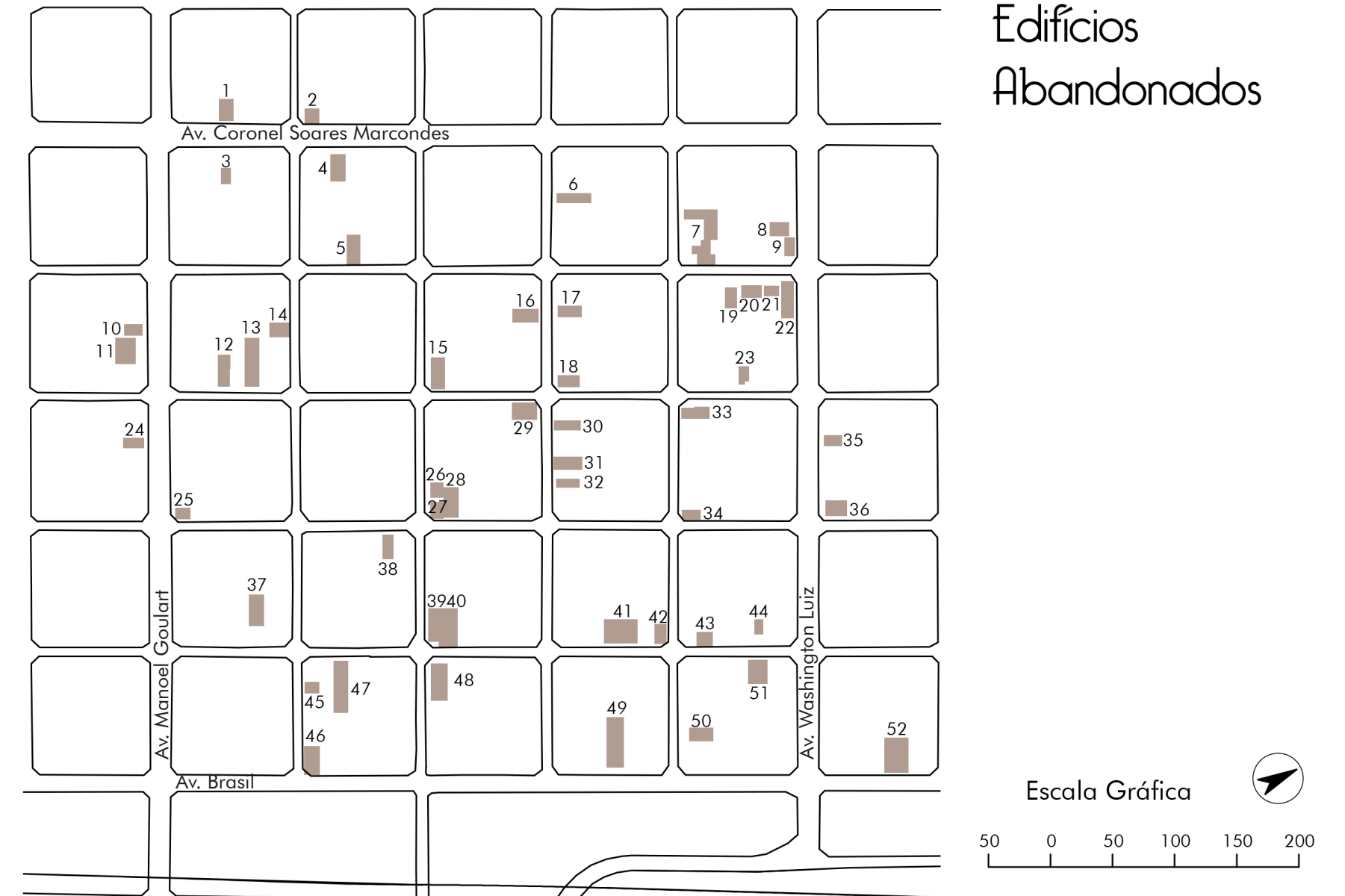
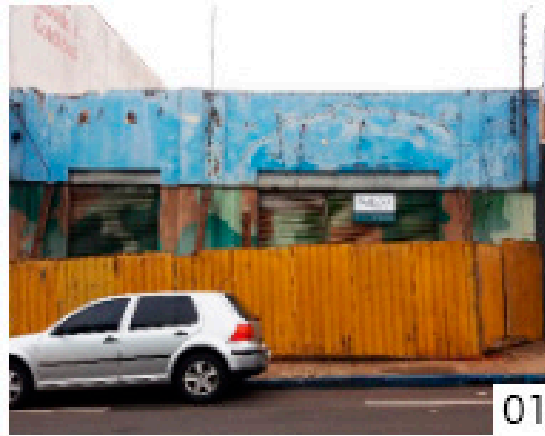


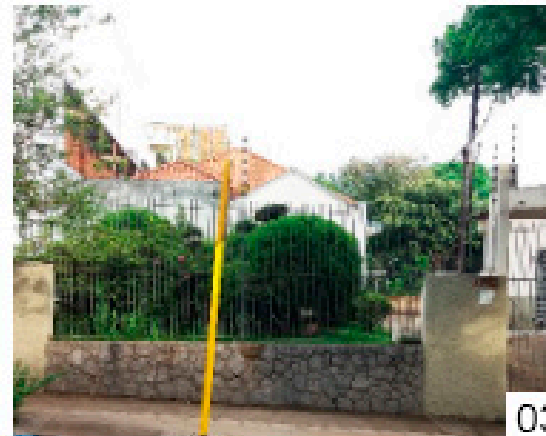
Figura 28: Edifícios Abandonados. Fonte: Produzido pela autora



01



02



03



10



11



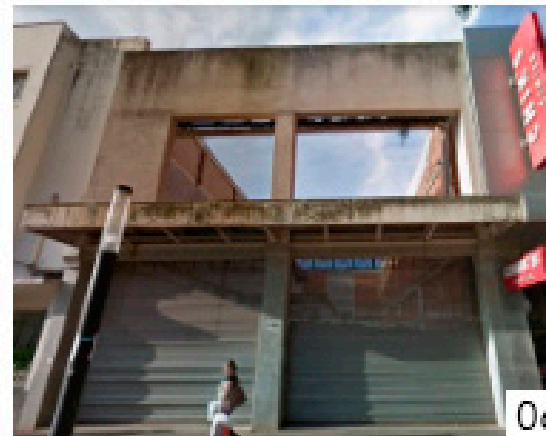
12



04



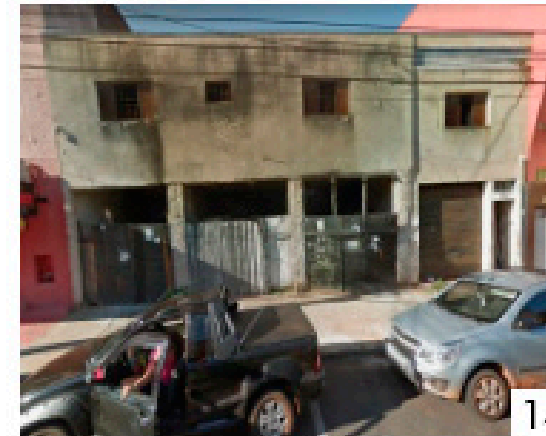
05



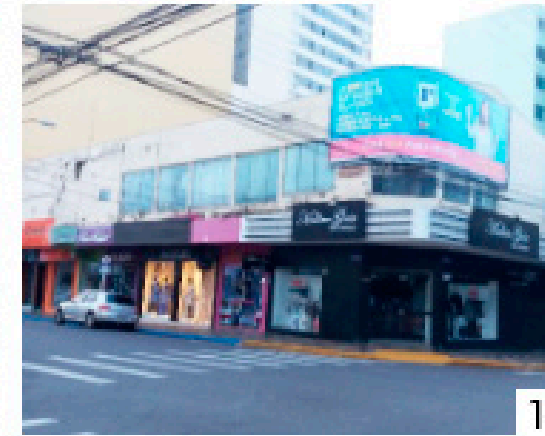
06



13



14



15



07



08



09



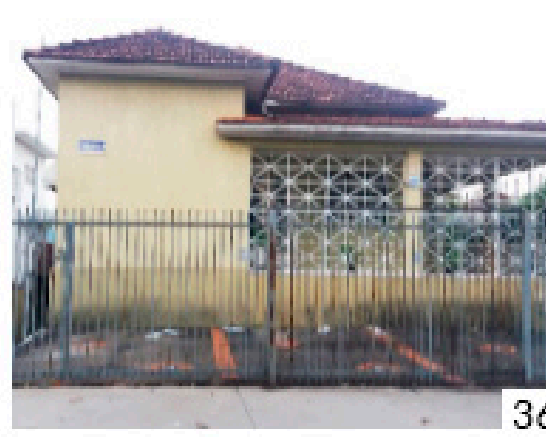
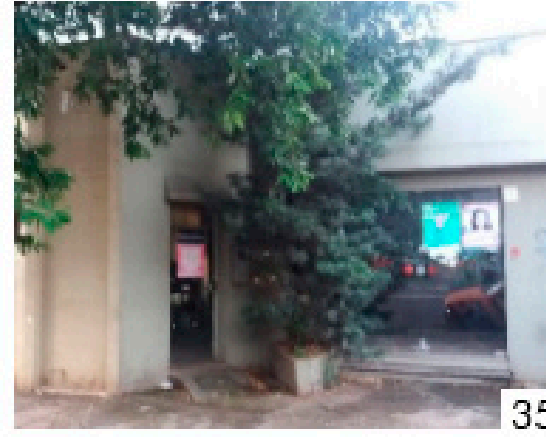
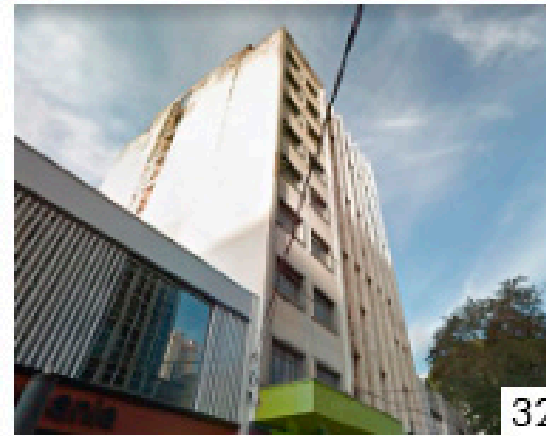
16



17



18





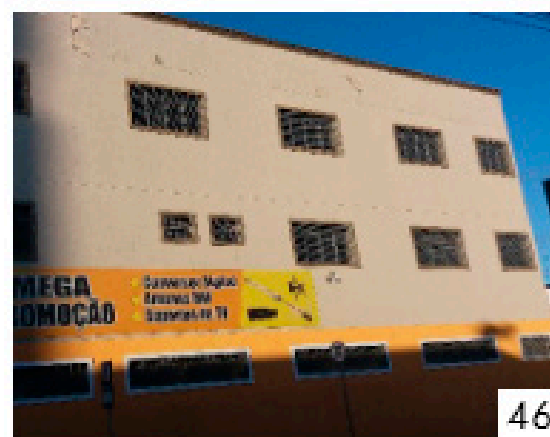
37



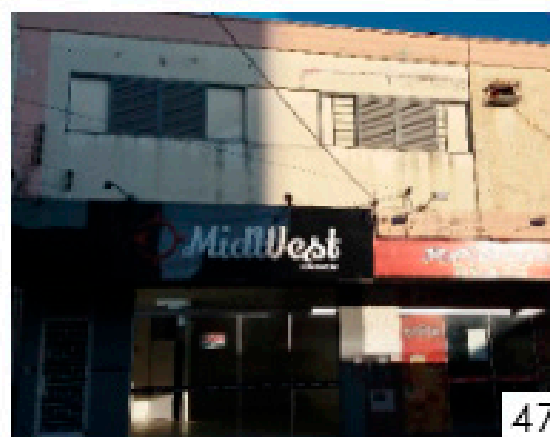
38



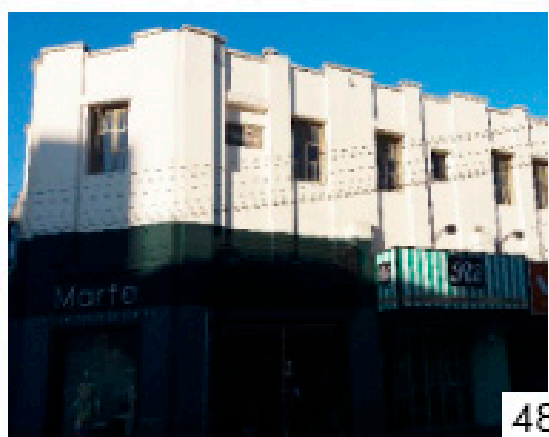
39



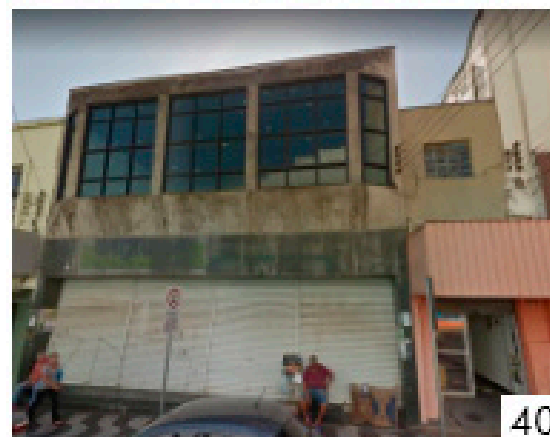
46



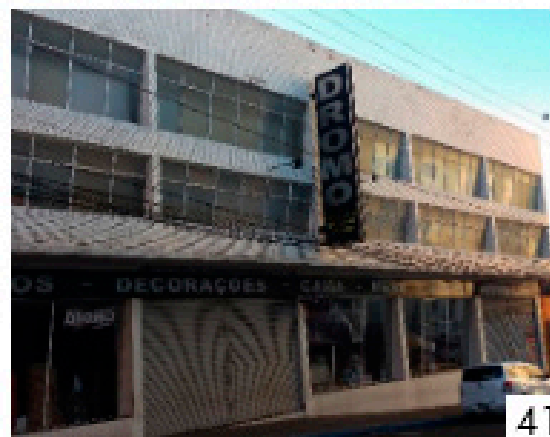
47



48



40



41



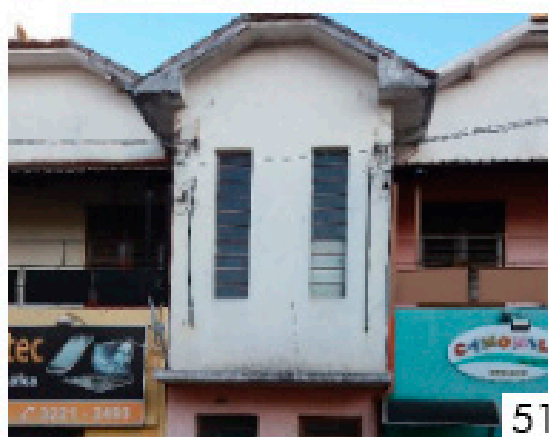
42



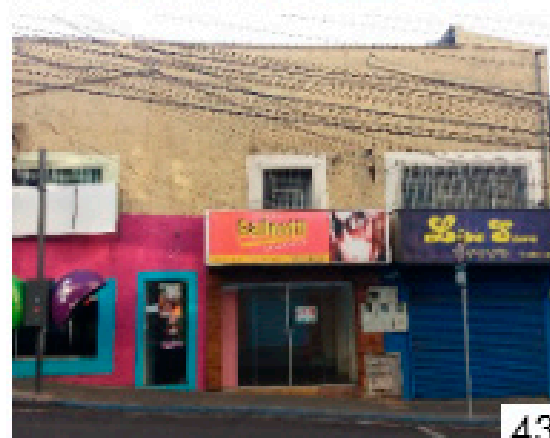
49



50



51



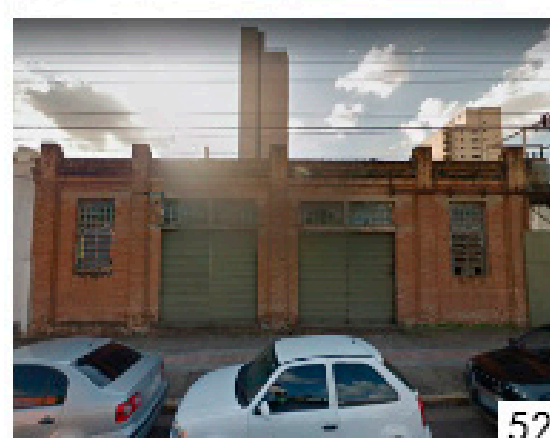
43



44



45



52

Figura 29: Edifícios correspondente ao mapa. Fonte: acervo pessoal/ google street view.

MOBILIÁRIO URBANO

O mobiliário urbano é descrito por Lamas (1993), como elementos móveis que mobíliam a cidade, pertencendo à escala da rua. Para o autor, o mobiliário urbano é essencial para o desenho da cidade e sua organização, sendo responsável pela qualidade e comodidade do espaço.

Os mobiliários da região central são concentrados em algumas áreas muito equipadas, como a Praça Nove de Julho, a Praça da Bandeira e a Rua Ten. Nicolau Maffei (calçadão), mas o restante do bairro, no geral, sofre com a falta de mobiliário adequado.

A Rua Ten. Nicolau Maffei se encontra repleta de infraestrutura como lixeiras, acentos, vegetação arbustiva. Por ser destinada exclusivamente para pedestres, houve preocupação em equipá-la e proporcionar maior conforto aos transeuntes e isto foi possível também pela abundância de espaço, já que sua área não compete com a passagem de veículos, a figura 29 mostra alguns dos equipamentos disponíveis nesta região e as figuras 30 e 31 mostram a aceitação da população para com os mobiliários.

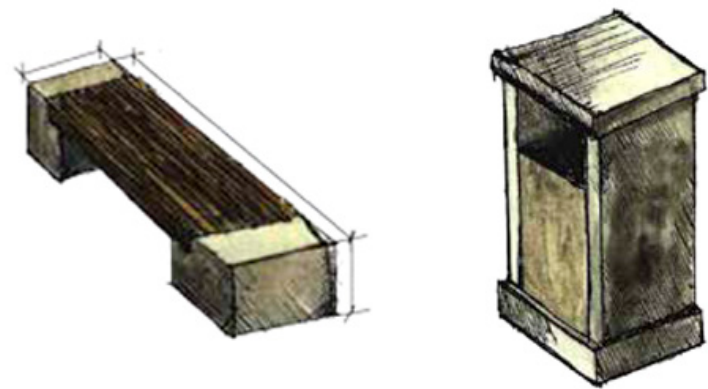


Figura 30: Mobiliário Calçadão. Fonte: CRISTÓFANO, 2017



Figura 31: Rua Ten. Nicolau Maffei. Fonte: Acervo pessoal 2018



A Praça Nove de Julho também possui uma gama de mobiliários de muita relevância para a vida na praça, seus mobiliários seguem uma mesma linguagem do mobiliário do calçadão (figura 32) e, em conjunto com a arborização e alta permeabilidade presentes na mesma, existe uma alta aceitação da população, assim como mostra a figura 33.

Já a Praça da Bandeira possui mobiliários com uma

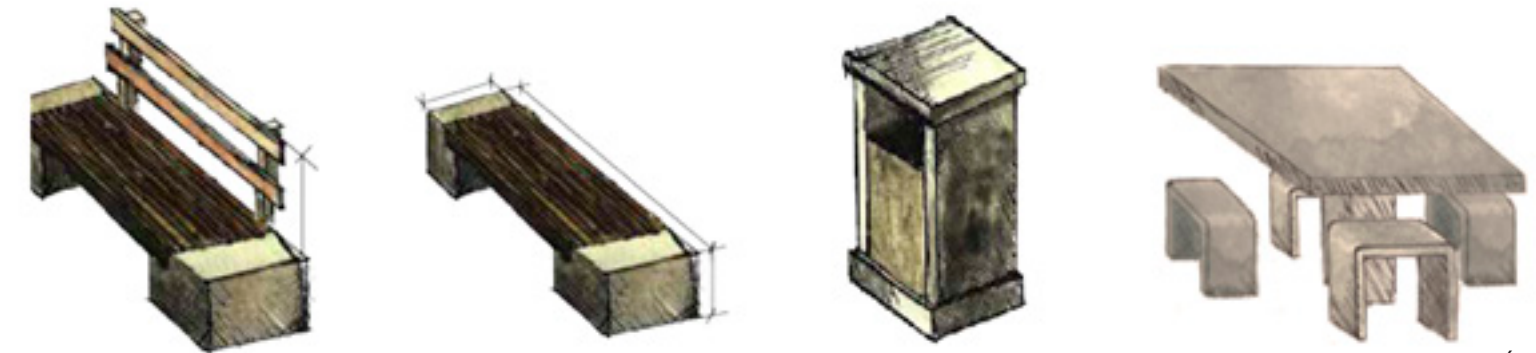


Figura 32: Mobiliário Praça 9 de Julho. Fonte: CRISTÓFANO, 2017



Figura 33: Praça 9 de Julho. Fonte: Acervo pessoal, 2018

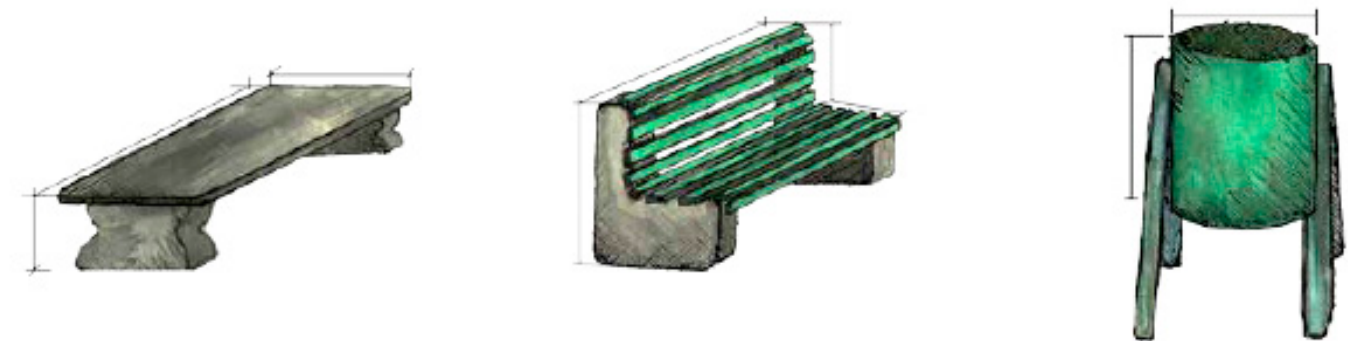


Figura 33: Mobiliário Praça 9 de Julho. Fonte: CRISTÓFANO ,2017



Figura 34: Mobiliário Praça da Bandeira. Fonte: Acervo Pessoal, 2018

Paralelo a isso, as demais ruas contêm pouquíssima infraestrutura, os pedestres enfrentam dificuldades nas calçadas, extremamente estreitas, sem qualquer mobiliário direcionado para eles, ainda repletas de obstruções, como consta na Figura 35, e os poucos mobiliários que foram implantados não são suficientes para a demanda necessária, de acordo com as Figuras 36.

Outro grande problema para a cidade dentre os mobiliários é a fiação elétrica. Postes, como já mostrados, além

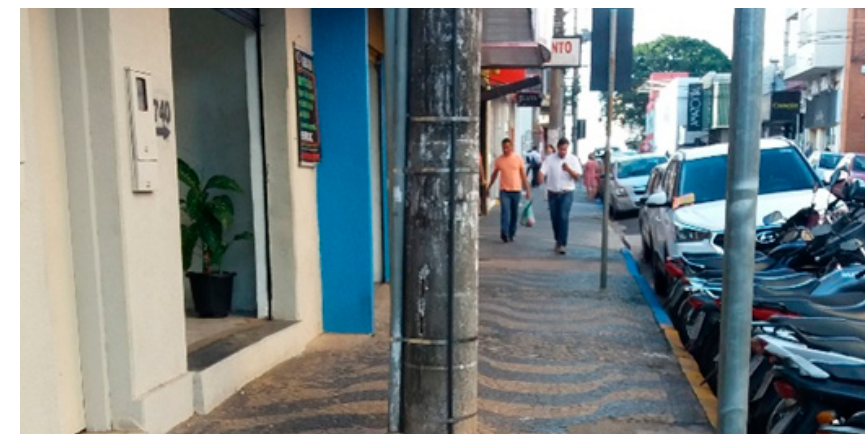


Figura 35: Calçada da Felício Tarabai. Fonte: Acervo pessoal, 2018

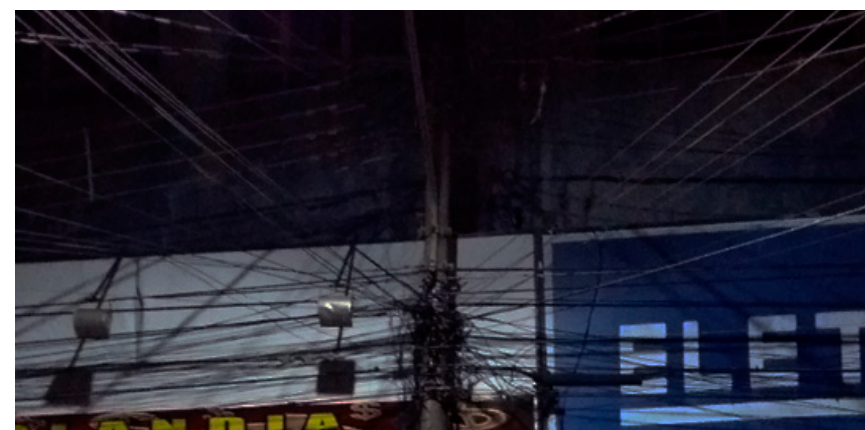


Figura 37: Fiação elétrica na Barão do Rio Branco. Fonte: Acervo pesspas,2018

de dificultar a passagem, criam um caos entre as fiações, sendo prejudiciais do ponto de vista visual e de segurança, conforme mostra a Figura 37. No calçadão, a iluminação é dada por fiação subterrânea, mas as demais fiações do bairro são todas aéreas, segundo a imagem 38.

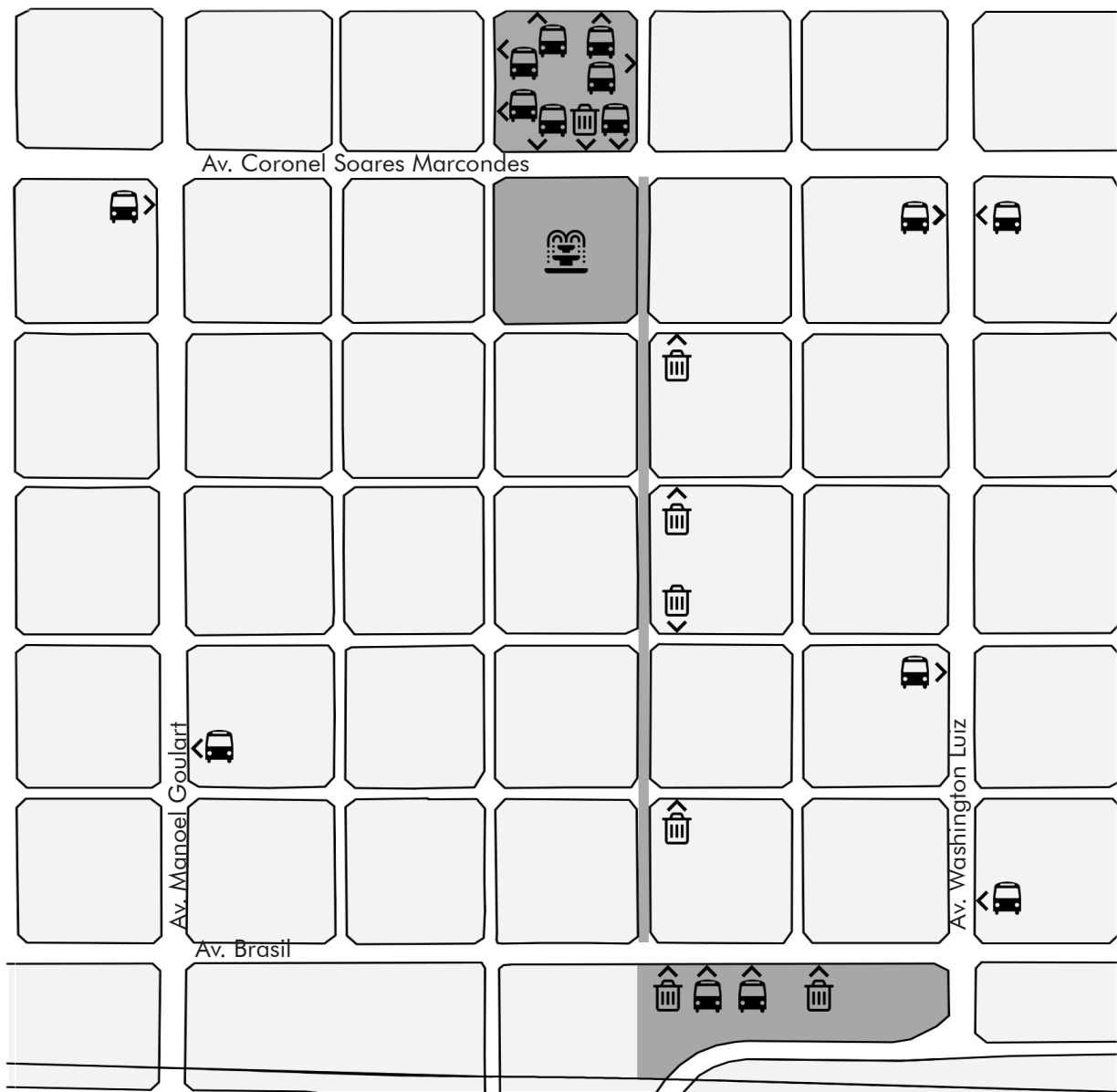
Na figura 39, é possível observar a concentração de mobiliário em uma pequena área na dimensão do bairro, mostrando a carência de mobiliário em determinadas regiões.



Figura 36: Insuficiência de mobiliários para a demanda de pessoas. Fonte: Acervo pesspas,2018



Figura 38: Iluminação subterrânea e demais fiações aéreas na Ten. Nicolau Mafei. Fonte: Acervo pesspas,2018



Mobiliário Urbano

- Ponto de Ônibus
- Lixeira
- Fonte
- Eixo equipado com:
Lixeiras, bancos,
pergolados e canteiros



Figura 39: Diagrama de Mobiliário Urbano. Fonte: Produzido pela autora.

PERSONALIZAÇÃO

As pessoas vivem e trabalham em espaços desenhados por outros, dessa forma, segundo BENTLEY (2004), a única forma de conseguir bons ambientes é facilitar para que os usuários os personalizem, fazendo com que agreguem valores próprios ao local. Durante as visitas na área, foi observado certos usos que indicam falhas, como falta de infraestrutura ou ineficiência projetual e personalizações estéticas ou funcionais, mostrando necessidades e

preferências da população.

A falta de infraestrutura é indicada pela improvisação da população em adequar suas necessidades. Foi observado usos que indicam falta de mobiliário, como pessoas improvisando assentos em muretas ou inserindo bancos por conta própria na área pública, mostrando a ausência de assento em certas áreas (figura 40). Outra precariedade de infraestrutura registrada foi em relação a lixeiras, pois foi observada

maior concentração de lixos nas regiões onde este equipamento não foi instalado. Entre a infraestrutura existente é possível observar a aceitação da população, já que a utilizam bastante e ainda a adequam a novos usos, como estruturas inseridas para vegetação que foi utilizada por comerciantes informais para dar suporte a mercadorias (figura 41), ou como encosto para pessoas relaxarem.

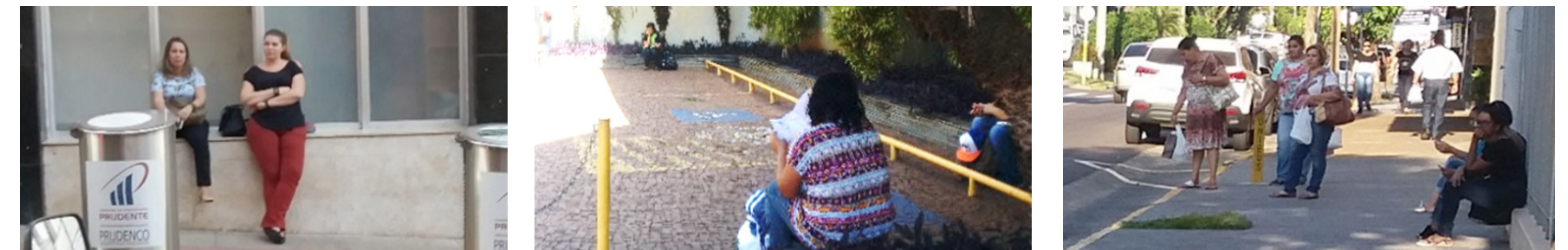


Figura 40: Falta de mobiliário urbano. Fonte: Acervo Pessoal 2018.



Figuras 41: Renovando utilização de mobiliário. Fonte: Acervo Pessoal 2018

Também foi observado usos que mostram dinâmicas que ultrapassam o projeto realizado na área, como percursos alternativos que transpassam áreas delimitadas e vendas informais posicionadas fora do camelódromo, como as figuras 42 mostram.

Outra ocorrência de persona-

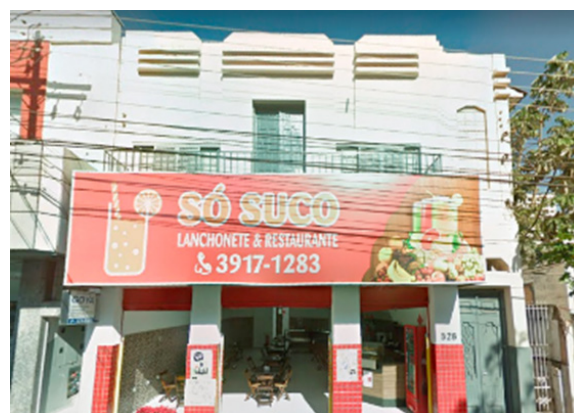


Figuras 42: Comércio informal. Fonte: Acervo Pessoal 2018.

lização observada é a personalização das fachadas por parte dos comerciantes, onde foram feitas alterações que descaracterizam as fachadas originais, para dar espaço a letreiros de lojas, desrespeitando patrimônios históricos, a integridade da arquitetura das edificações e o espaço urbano em si, poluindo a cidade visualmente e desordenan-

do a paisagem. A figura 43 mostra alguns exemplos de fachadas existentes.

No diagrama da figura 44 é possível observar a localização destas ocorrências, sendo possível analisar seus pontos de concentração.



Figuras 43: Descaracterização das fachadas históricas. Fonte: google street view, 2017

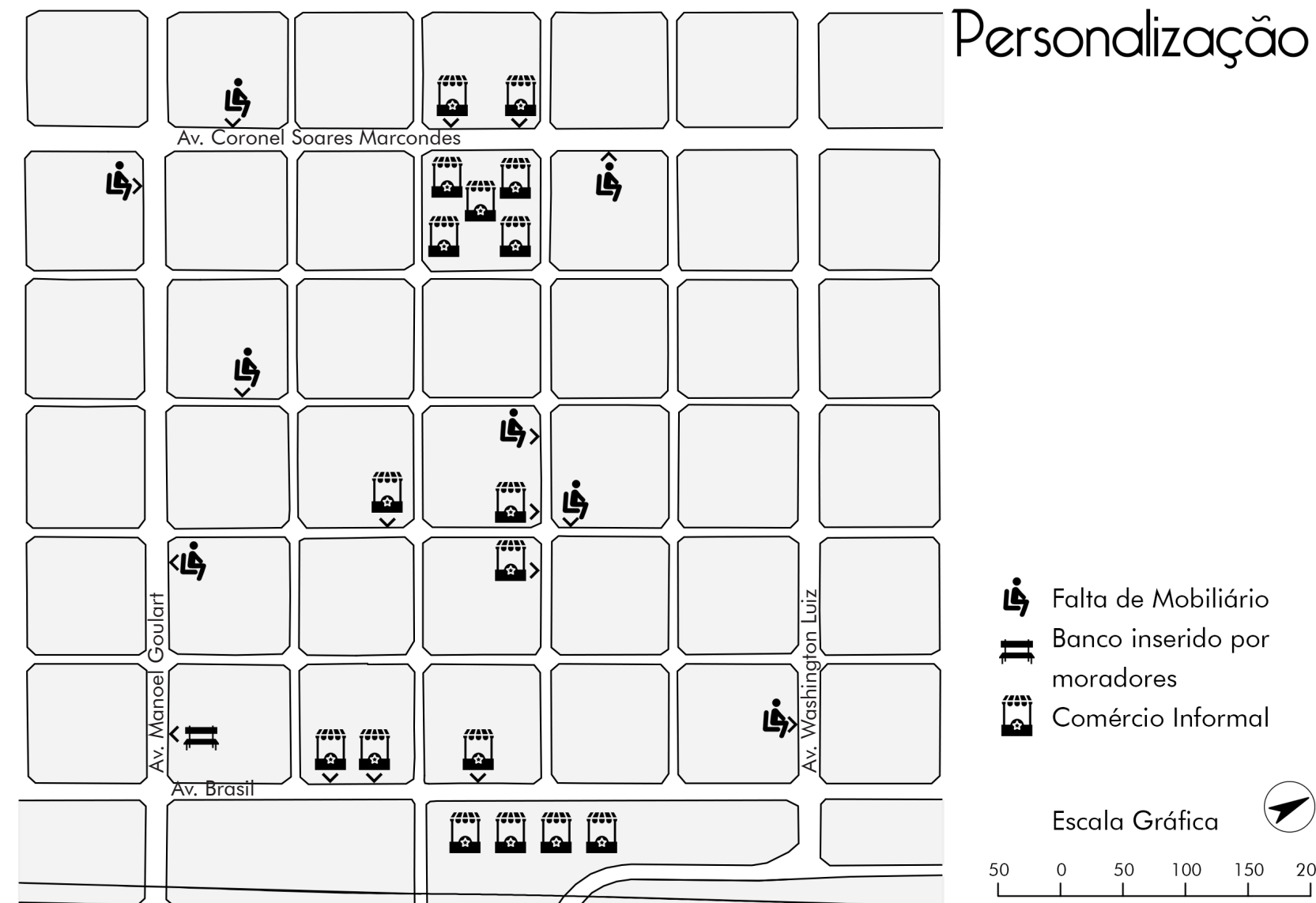


Figura 44: Diagrama de Personalização. Fonte: Produzido pela autora.

USO E OCUPAÇÃO

O centro de Presidente Prudente é predominantemente comercial, sendo que os outros usos da área são minoria. O diagrama da figura 46 possui sua maioria comercial, e existe também uma grande quantidade de edificações mistas, em que o comércio também está inserido.

Consta também na Figura 46 um número alto de estacionamentos, considerando que todas as ruas da área têm estacionamento de ambos os lados da via, adicionar esta quantidade de lotes para estacionamentos demonstra o quão alto é



a movimentação de automóveis na área.

Por ser estritamente direcionado para comércio de caráter diurno, possui baixa vitalidade da área em períodos não comerciais, tornando-a insegura. Na Figura 45, pode-se observar a diferença de movimento entre o dia e a noite, as fotos foram tiradas às 17h00 e às 22h00, sendo extremamente destoante de como é sua dinâmica entre os diferentes períodos. Os únicos pontos em que foi encontrado movimento durante a noite foram em proximidades de farmácias.



Figura 45: Nicolau Mafei em diferentes períodos. Fonte: Acervo Pessoal 2018.

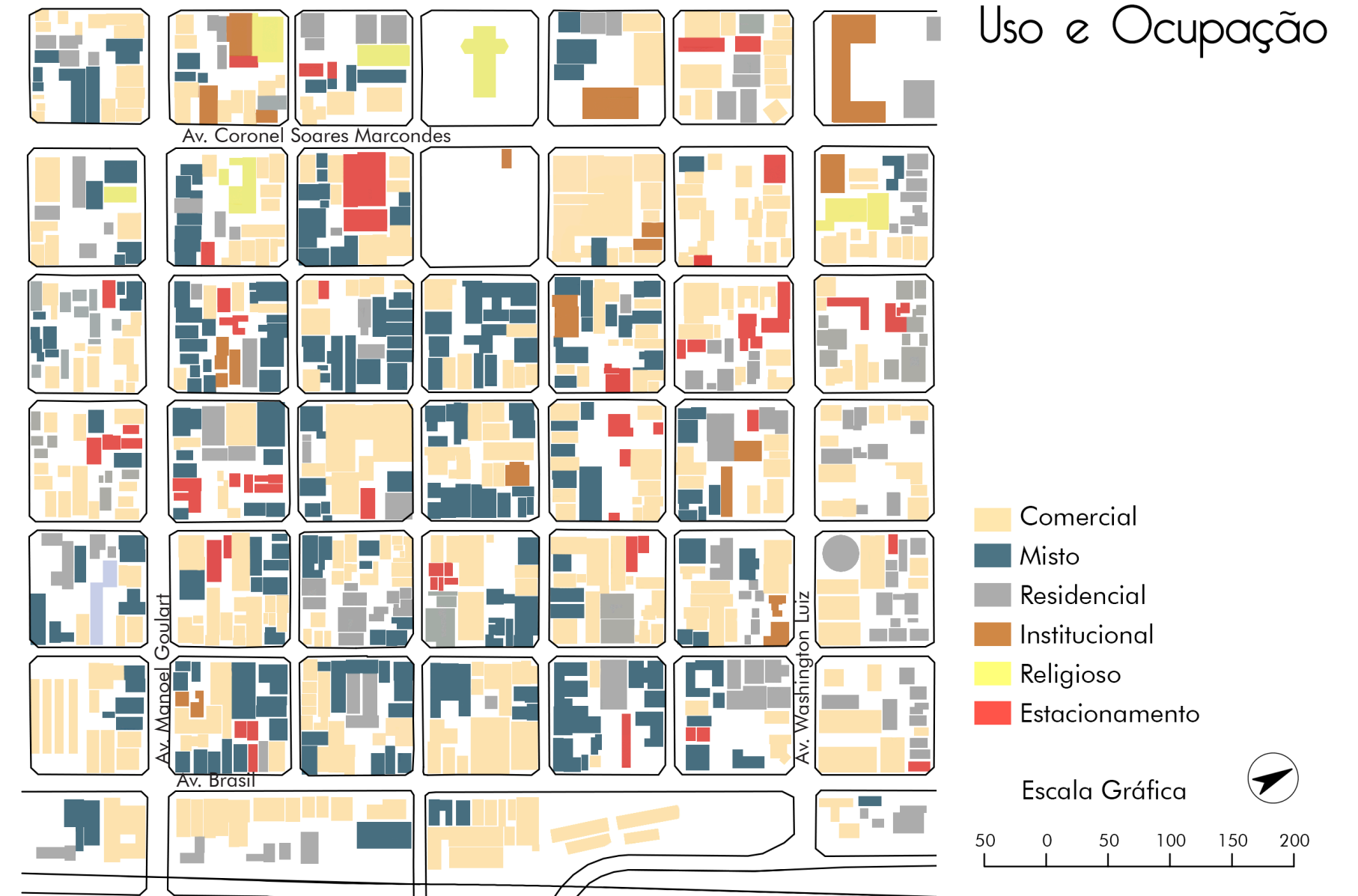


Figura 46: Diagrama uso e ocupação. Fonte: Dados: CRITÓFANO, Maria, elaborado pela autora.

VEGETAÇÃO

Para LAMAS (1993) as estruturas verdes constituem elementos característicos da cidade. São importantes elementos de composição, sendo utilizadas para qualificar a forma urbana, controlar o clima e qualificar a cidade.

No bairro, a vegetação é muito escassa, possui concentração de vegetação alta apenas nas praças. As avenidas possuem arbustos e paineiras, que não proporcionam sombra nem possuem grande impacto no ambiente, servindo apenas como elementos decorativos.

Entretanto, é possível perceber a concentração de pessoas nas sombras das poucas árvores presentes no decorrer das

ruas, assim como mostra a Figuras 47, na Rua Ten. Nicolau Maffei, em que as pessoas se restringem a sombra da árvore.

Também é possível observar que a falta das árvores faz com que a população garanta sua proteção individual por meio de sombrinhas, na tentativa de garantir o mínimo conforto térmico (Figura 48), provando que a escassez de árvores prejudica o conforto da população.

As áreas permeáveis com vegetação rasteira também são pequenas. Apenas as praças possuem a possibilidade de infiltrar a água das chuvas, ocasionando na sobrecarga das tubulações.



Figura 47: Concentração de pessoas na sombra das árvores. Acervo Pessoal 2018



Figuras 48: Proteção contra o calor. Acervo Pessoal 2018

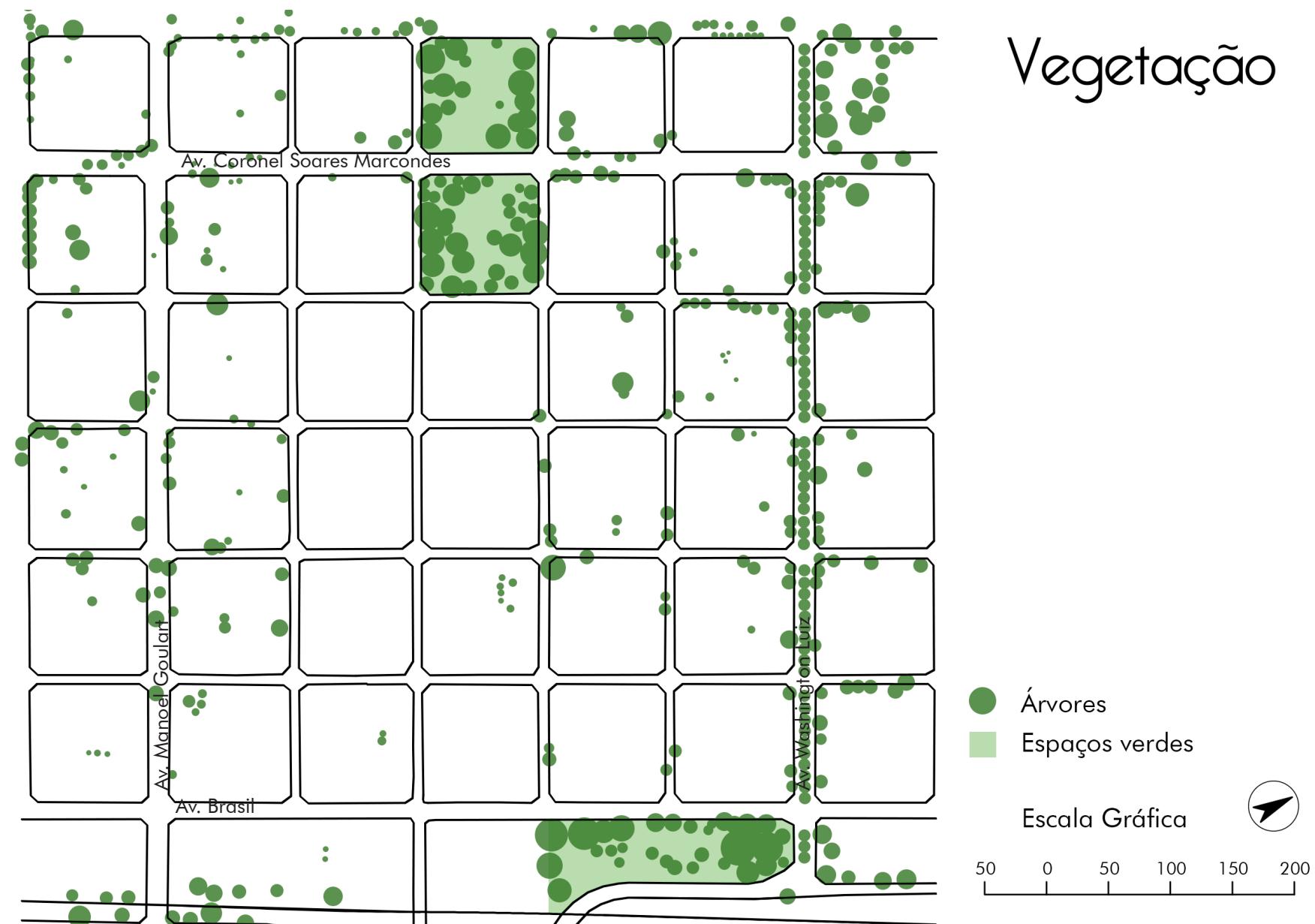


Figura 49: Diagrama de Vegetação. Fonte: Produzida pela autora

4.2 PROPOSTA

A implantação do projeto teve como base as diretrizes de organização de espaço da permacultura; mas como foi aplicado na cidade, mudando a ordem existente que é direcionada ao campo, foi realizado uma releitura, mantendo apenas sua essência organizacional.

Esta metodologia foi utilizada para garantir a estruturação para todo o público de forma homogênea, levando em consideração a área e o adensamento. E assim como na permacultura, foi pensado os elementos que são necessários mais frequentemente nas proximidades do edifício em zonas menores e os elementos que são necessários com menos frequência em zonas maiores, podendo estar mais afastados do edifício. Dessa forma as 6 zonas da permacultura (variantes de zona zero a zona cinco) foram organizadas da seguinte forma:

- A zona 0, permaneceu sendo aplicada ao interior do edifício, sendo que cada imóvel do bairro equivale a uma zona zero individual, e nela foi trabalhado como os edifícios poderiam ser mais sustentáveis e cumprir sua função social;

- A zona 1, foi aplicada para a quadra, possuindo assim 25 zonas 1, nelas foram trabalhados produção alimentar, valorização do pedestre e diminuição de entradas e saídas, a escala em que será trabalhada é importante pela proximidade do morador aos seus elementos e por sua escala reduzida possibilitar maior atenção aos pedestres;

- Para a zona 2 foram delimitados 4 espaços contendo diferentes áreas, de acordo com a demanda necessária em cada

um, nessas zonas serão explorados equipamentos e serviços que são úteis/necessários em proximidade aos usuários e elementos de permanência que tornam as vias mais confortáveis e seguras;

- Já a zona 3 compreende todo o quadrilátero central, nesta zona foram trabalhados elementos que não requerem uma proximidade muito grande dos usuários, mas que foi julgado necessário ser explorado na área recortada;

- A zona 4 abrange as proximidades do bairro, isto é, as margens. Nessa zona estão os elementos pré-existentes que dão auxílio aos moradores.

- A zona 5 não possui área demarcada, pois mesmo que o objetivo seja fazer relações o mais próximo possível para economia de recursos em transporte, a necessidade de elementos específicos pode fazer necessário relações a longas distâncias.

A seguir, a figura 50 exemplifica a área abrangente das 6 zonas e a figura 51 como compreenderá o trabalho em cada uma delas.

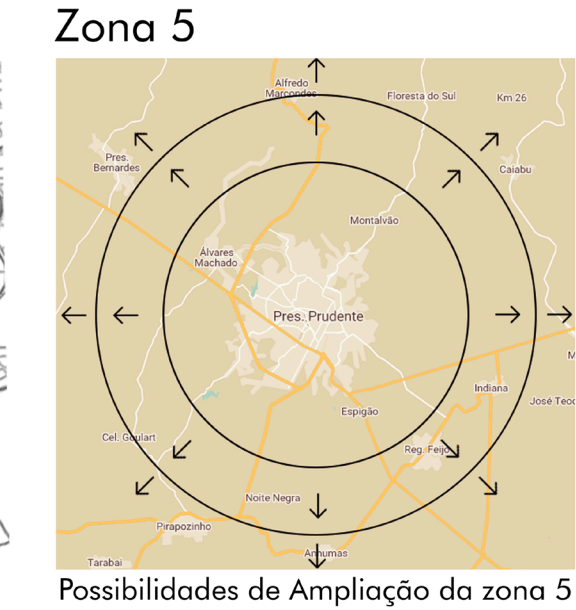
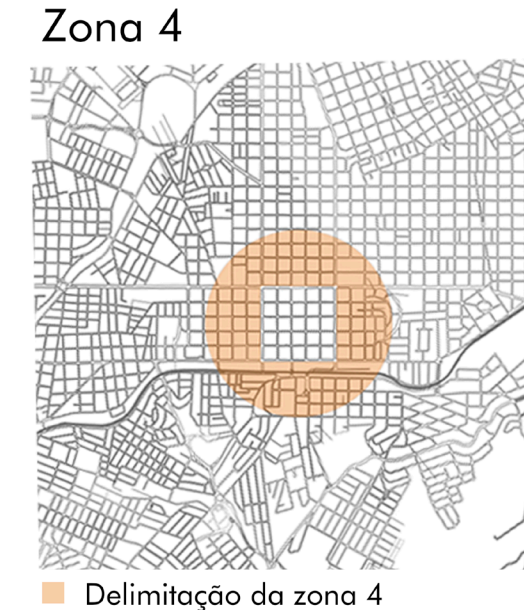
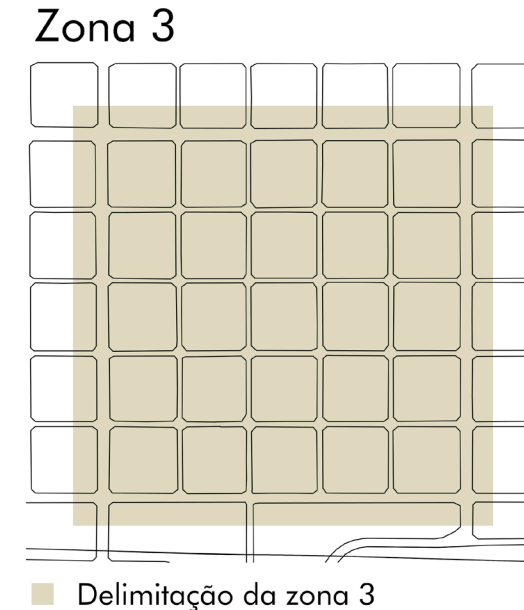
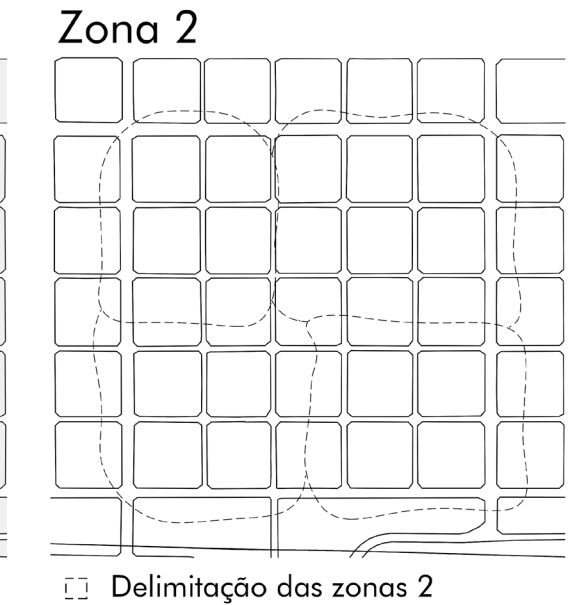
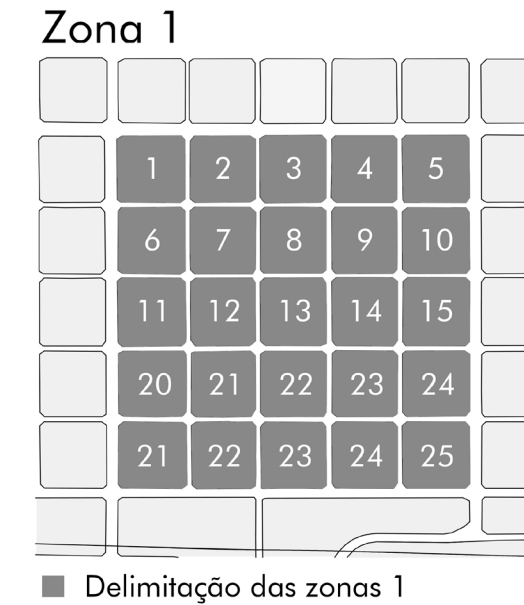


Figura 50: Identificação da área das diferentes zonas. Fonte: Produzido pela autora

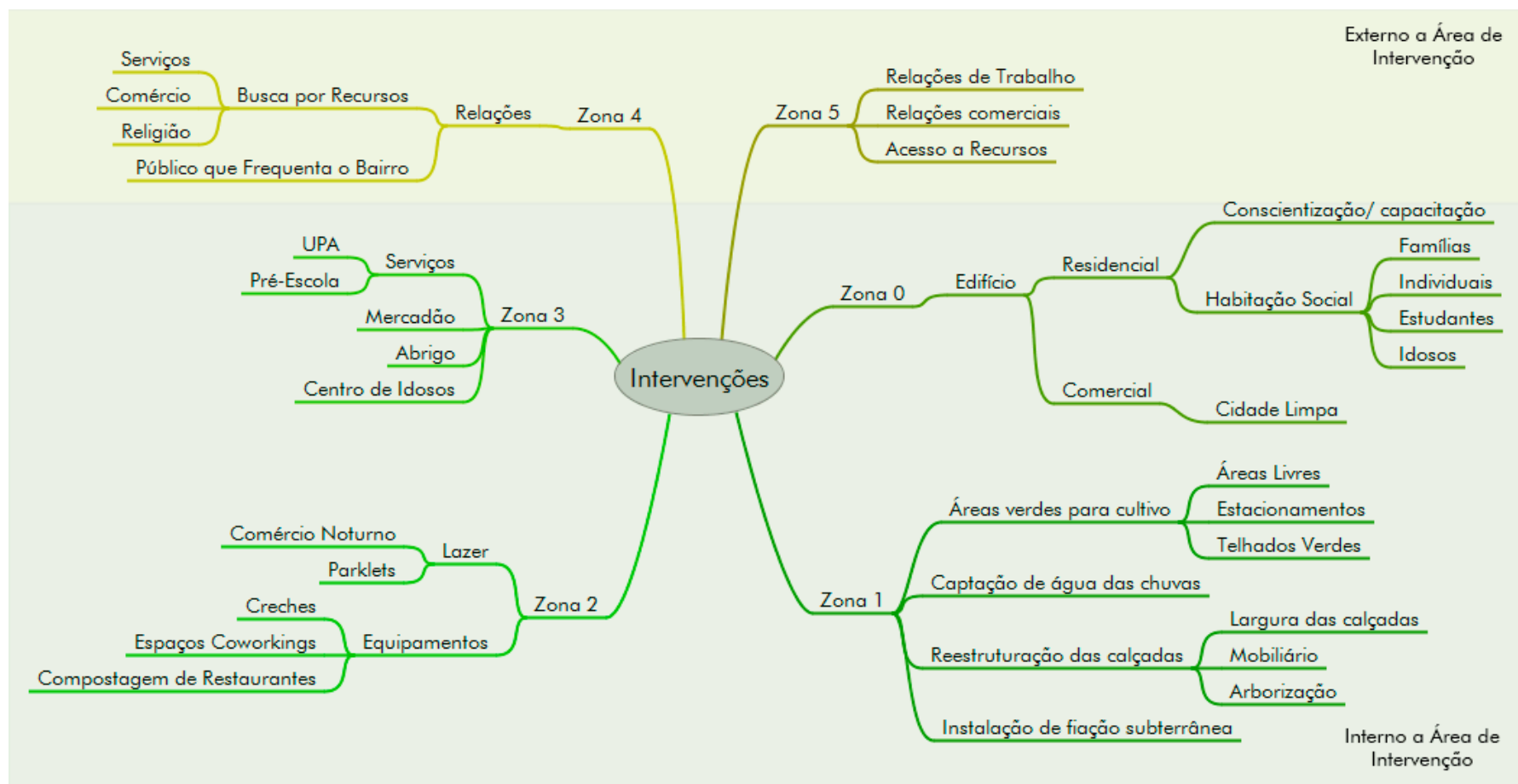


Figura 51: Mapa mental das intervenções em cada zona. Fonte: Produzido pela autora

Para alcançar os objetivos expostos nas diferentes zonas será proposto uma revitalização envolvendo as áreas públicas, entre elas ruas e praças; espaços livres privados existentes no interior das quadras e em edifícios abandonados, vagos ou subutilizados, direcionando um uso para tais. Estes espaços foram identificados como uma oportunidade para serem explorados a favor da cidade, tornando-a mais viva, segura e sustentável, além de impulsionar a economia local.

A divisão por zonas é importante para trabalhar em diferentes escalas para um só propósito. O objetivo do trabalho é revitalizar o quadrilátero central de Presidente Prudente, estruturando eficientemente a vida de quem trabalha, habita ou frequenta a área, e para atingir essa meta de escala média, será pensado desde como a pequena escala, influenciando detalhes dos edifícios, até a escala macro, analisando uma grande área, onde as cidades próximas serão consideradas. A permacultura também trabalha com colaborativismo, influenciando todos a trabalharem em conjunto para um propósito maior, onde moradores, comerciantes e frequentadores contribuem entre si de modo que todos sejam beneficiados.

4.3 DETALHAMENTO DAS ZONAS

Zona 0

A zona zero como foi dito trabalhará dentro da escala do edifício, podendo ele ser comercial ou residencial. Dentro dessa esfera será trabalhado a conscientização e capacitação dos comerciantes e moradores, a aplicação da Lei Cidade Limpa e o aproveitamento de habitações ou hotéis abandonados/ subutilizados para que voltem a cumprir sua função social.

A conscientização e capacitação devem ser feitas através de panfletos informativos, workshops e oficinas voltadas a sustentabilidade e produção de alimento. Os panfletos devem provocar o senso crítico direcionado aos recursos naturais, mostrando a importância de se preservar e de cobrar as instâncias para que diminuam seus impactos ambientais. Já os workshops e oficinas devem contar com representantes técnicos da cidade, capazes de ensinar os interessados a diminuir seu impacto ambiental revertendo sua habitação para a diminuição de entradas e saídas, como o aproveitamento de água das chuvas, a compostagem de alimentos, hortas verticais, entre outros assuntos que possam chamar atenção do público e tenha profissionais classificados, levando em conta toda a possibilidade de qualificação existente na cidade por possuir um grande número de universidades em áreas ricas e abrangentes.

Outra intervenção a ser feita na zona 0 é a aplicação da Lei Cidade Limpa, de Nº14.223, presente na legislação de São Paulo. Esta legislação estabelece que cada estabelecimento só pode ter um anúncio explicativo com todas as informações necessárias ao público e o tamanho máximo do anúncio será definido segundo a dimensão da testada do edifício, foi dividido os edifícios em três

grupos, sendo eles pequeno, médio e grande, onde o primeiro grupo são imóveis até 10m de fachada e podem ter anúncio indicativo de até 1,5m² de área total, o segundo grupo são imóveis de testada ente 10 a 100m, podendo ter anúncio indicativo máximo de 4m² de área, o terceiro grupo se destina a edifícios com testada linear maior que 100m e estes edifícios poderão ter até dois anúncios de no máximo 10m² de área e no mínimo 40m de distância. A lei também define o avanço limite sobre o passeio público, que possui o limite de 15cm sobre a calçada ou o passeio público e se o imóvel estiver alinhado a placa deve conter altura mínima de 2,2m sobre o solo. A legislação é importante por respeitar o bem comum a cima dos direitos corporativos, diminuindo a poluição visual, valorizando o patrimônio histórico e preservando a integridade da arquitetura dos edifícios.

A lei Cidade Limpa também proíbe a colocação de anúncios em ruas parques, praças, torres, viadutos, túneis, faixas acopladas, à sinalização de trânsito laterais de prédios, topo de edifícios e a distribuição de panfletos. Será permitido apenas publicidades que favorecem a comunidade, por meio da parceria entre a prefeitura e agentes econômicos, ajudando a manter mobiliários urbanos, sob a concessão da administração pública.

Por fim, a zona 0 também inclui o aproveitamento para habitação social em edifícios abandonados ou subutilizados. Serão direcionadas habitações e apartamentos para famílias e colivings para pessoas que moram sozinhas, estudantes e idosos. Os edifícios devem passar por perícia, avaliando suas condições e deverá

ser feito adequações e adaptações aos novos usos, respeitando as características estéticas originais dos edifícios e garantindo a segurança estrutural, reforçando-o quando necessário e agindo de acordo com o a Política Nacional de Recuperação dos Centros Urbanos com enfoque especial na habitação de interesse social proposto pelo CAU/BR.

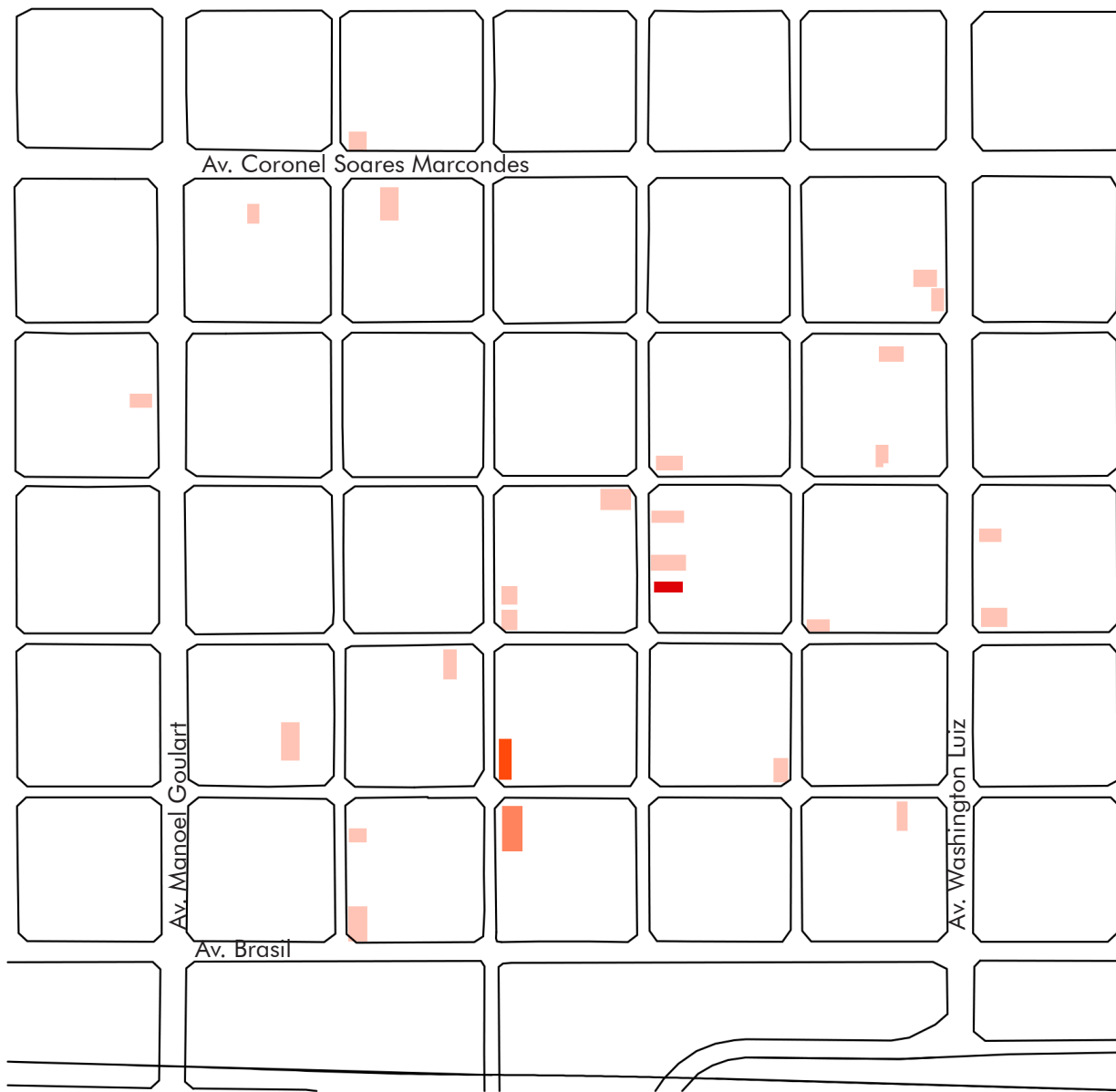
As habitações tradicionais devem ser destinadas para pessoas que trabalham no centro ou se encontram desempregadas, para que possam ter maior oportunidade de emprego e possuam família. A utilização de edifícios que estão desocupados é muito importante para valorizar o bairro, para levar vida em horários não comerciais e aumentar assim a segurança do bairro.

Para estudantes universitários, idosos e pessoas que moram sozinhas serão destinadas colivings (habitações com cozinhas compartilhadas), por possuírem mais facilidade em se adaptar a espaços compartilhados. As colivings devem ser destinadas a estudantes que possuem dificuldade de permanência, podendo estar matriculados em qualquer universidade da cidade e devem receber auxílio para transporte, o centro possui linhas para toda a cidade, sendo necessário o embarque em apenas uma linha para chegar as diferentes universidades existentes. Levar esse público para o quadrilátero central contribuí para variar a população residente, já que possui poucos jovens estes podem fomentar a vida noturna do bairro.

Em relação aos idosos é importante garantir moradias no centro pois possuem maior dificuldade de circular de ônibus e ao residir na área central encontrarão facilidade a acessar uma grande gama de recursos existentes, além dos que serão propostos, as habitações deveram ser destinadas a idosos que residem sozinhos ou com um acompanhante e que não possuam habitação. As colivings serão propostas por serem um tipo de habitação que otimiza recursos e por possuir fácil adaptação aos antigos hotéis,

que já possuem uma cozinha para um número grande de quartos e banheiros.

Na figura 52 pode ser observado os edifícios que serão destinados as habitações:



Zona O

- Habitação para Família
- Coliving para Estudantes
- Coliving para Idosos
- Coliving Individuais

Escala Gráfica

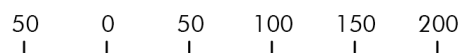


Figura 52: Zona O- habitações propostas. Fonte: Produzido pela autora

As habitações de interesse social para famílias foram propostas em residências térreas, apartamentos e sobrados onde o térreo possui comércio, a Figura 53 apresenta exemplos das tipologias. Foram propostas um total de 31 habitações, sendo

que 9 são casas térreas, 10 são sobrados com comércio e 3 são prédios com 4 apartamentos cada. Considerando cada família tenha em média 4 integrantes, terá uma demanda de 124 pessoas contempladas por estas habitações.



Residências Térreas



Sobrados



Apartamentos

Figura 53: Habitações de interesse social. Fonte: Acervo pessoal, 2018

O edifício da figura 54 corresponde a coliving destinada a estudantes, pelo que foi observado de fora do edifício desconfia-se que o edifício possui 8 quartos; o edifício da figura 55 também se desconfia que possui 8 quartos e será

destinado a idosos; já o edifício da figura 56 possui entorno de 32 quartos (8 pavimentos com 4 quartos cada) sendo destinado a estudantes, idosos e pessoas que moram sozinhas, resultando em um total de 48 quartos destinados a colivings.



Figura 54: Coliving para estudantes. Fonte: Acervo pessoal, 2018



Figura 55: Coliving para idosos. Fonte: Acervo pessoal, 2018

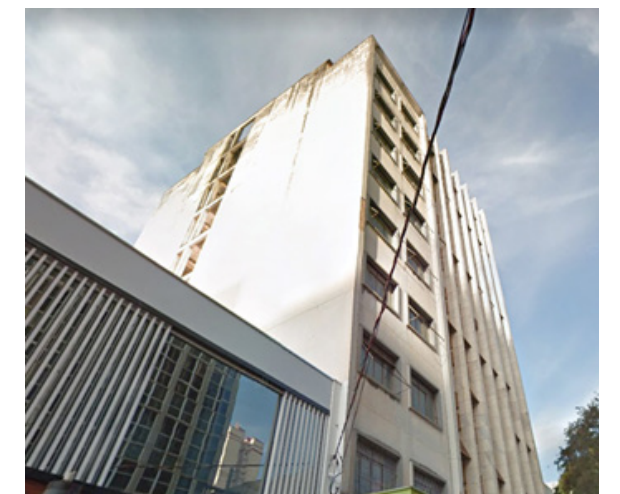


Figura 56: Coliving para estudantes, idosos e pessoas que moram sozinhas. Fonte: Google 2017

Zona 1

A zona 1 como já foi dito, é uma zona próxima ao edifício, ela envolve certa parcela da comunidade, nesta aplicação foi escolhido que a zona 1 se delimitasse pela quadra. Nesta zona será explorado a implantação de espaços verdes para cultivo, sistemas de captação de água para manter as áreas verdes, reestruturação das calçadas e a canalização da fiação elétrica.

As áreas com espaços verdes foram propostas com o objetivo de estimular a comunidade a produzir parte de seus alimentos, essa prática diminui os gastos com alimentação, garante a subsistência, garante a qualidade e segurança da alimentação, é também uma possibilidade de renda a quem possuir interesse em utilizar a prática como profissão, além de aumentar a fotossíntese e impactar o microclima local. Este é um conceito utilizado na permacultura que impacta positivamente a comunidade, o trabalho colaborativo faz com que criem sentimento de pertencimento ao bairro em que moram e ajuda a unir a comunidade por um objetivo em comum, tornando-o mais seguro, pois as pessoas deixaram de ser estranhas umas as outros e como diz JACOBS (2009), o desconhecido gera insegurança. Por se tratar de um bairro onde prevalece a população da terceira idade, e irá crescer a variedade populacional com a implantação de novas moradias irá ocorrer uma troca multigeracional, reduzindo o isolamento dos idosos, trazendo assim benefícios psicológicos a esta população, além da riqueza de saberes da experiência que irão proporcionar ao restante da população.

A implantação das áreas verdes acontecerá de três

diferentes formas, de acordo com as áreas disponíveis; serão propostas em: espaços livres no interior dos lotes, áreas de estacionamento e telhados verdes. Para ser proposto a implantação foi considerado as áreas disponíveis, a exposição ao sol e a viabilidade de inserção e a área total a ser implantada foi influenciada pela densidade demográfica de cada quadra. A figura 57 ilustra as áreas verdes trabalhadas em cada zona 1.



Figura 57: Zona 1-Áreas verdes. Fonte: Produzido pela autora.

As áreas trabalhadas em estacionamento foram propostas com o objetivo de implantar um segundo pavimento para não prejudicar o número de vagas total do estabelecimento. A figura 58 mostra como ficaria à disposição de cada zona proposta em estacionamento.

Estacionamento

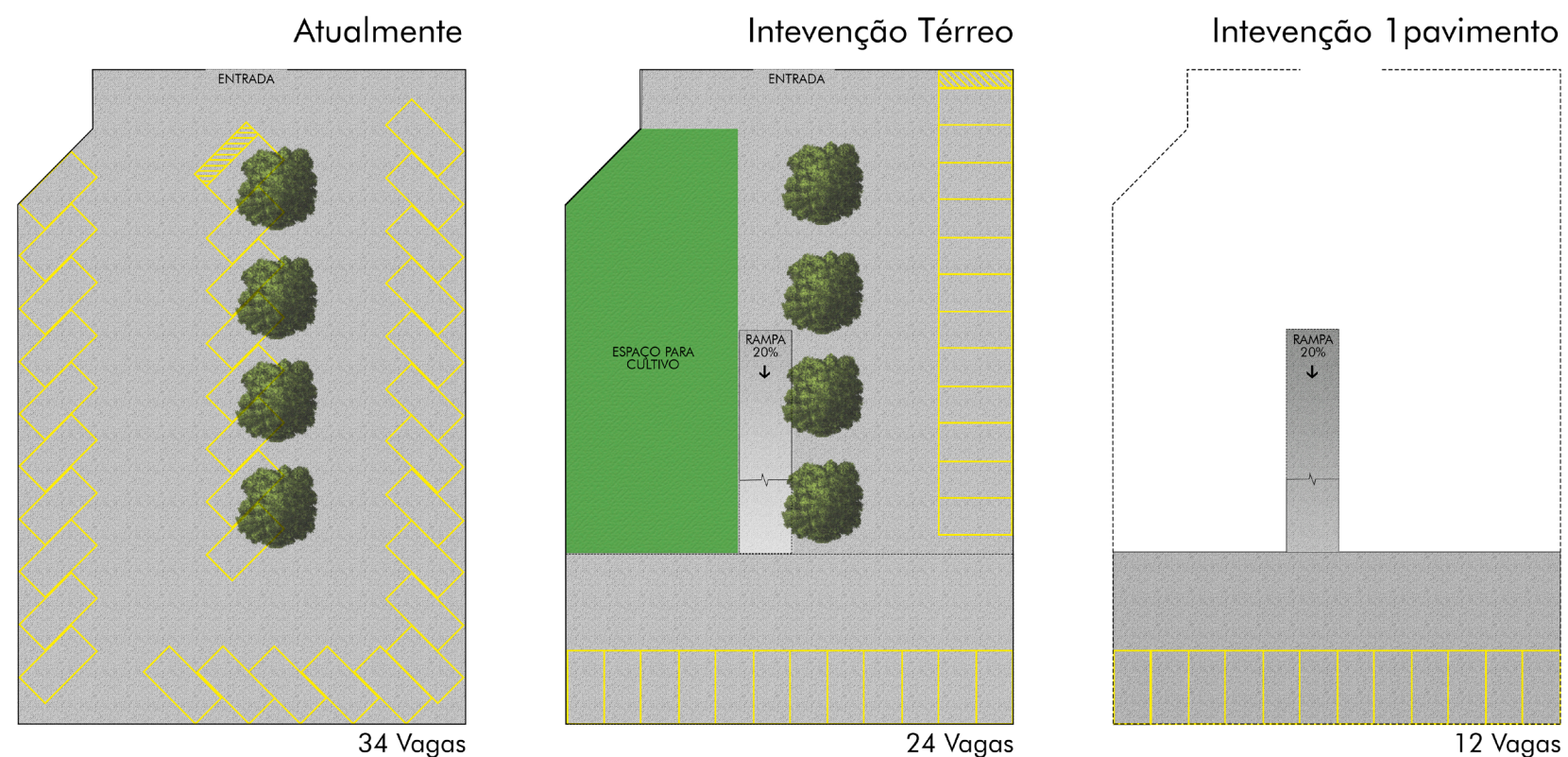


Figura 58: Exemplo possível de se trabalhar áreas verdes em estacionamento sem perder número de vagas. Fonte: Elaborado pela autora

Uma vez possuindo os lugares de implantação definidos, deve-se avaliar as espécies de vegetação a serem implantadas. Fica a critério dos moradores decidirem o que e de que maneira irão explorar os espaços, podendo trabalhar com por exemplo, hortas, leguminosas, árvores frutíferas, ervas medicinais, entre outras. Mas para a decisão é importante que tenham orientação com pessoas capacitadas, por meio de workshops, oficinas e apostilas que norteiem em como proceder. Quanto mais profissionais envolvidos para avaliar o tipo do solo e do microclima para ajudar nas propostas a serem exploradas, melhores serão as possibilidades de implantação e maior o retorno que a população terá.

As delimitações das áreas verdes iniciais não são fechadas ou impositivas, são apenas uma proposta inicial e com o seu desenvolver fica a critério da comunidade prosseguir com o uso, amplia-lo, movê-lo ou fazer qualquer modificação em que se mostrarem necessárias como tempo, pois a cidade é dinâmica e o engessamento de uma implantação é desperdiçar novas possibilidades que possam surgir.

A rega para manter as áreas verdes propostas irá requerer grande quantidade de água, como a permacultura preza pela diminuição de entradas e saídas, será proposto um sistema de captação de água de chuvas para uso não potável, esse sistema pode ser equipado com um sistema de irrigação, se a comunidade julgar necessário e financiar os gastos, ou pode ficar a cargo dos moradores realizar a devida rega, utilizando de esforços maiores de quem quiser aproveitar mais dos recursos gerados pelo plantio, possibilitando entrada de renda a partir do excedente gerado.

O sistema de irrigação deve possuir reservatórios inferiores quando se tratar de áreas verdes implantadas no têrreo e no caso dos telhados verdes devem ser utilizados reservatórios inferior e superior, para não acontecer sobrecarga da estrutura. A água a ser captada deve utilizar os edifícios ao redor da área verde,

utilizando quantos forem necessários para armazenar durante os períodos de estiagem. Caso ainda assim não seja suficiente em épocas de seca, a população deve se mobilizar para a manutenção.

Outro fator a ser trabalhado é a reestruturação das calçadas, as calçadas das ruas pertencentes ao centro receberão a ampliação de 0,7m em cada lado, diminuindo a largura das vias, que passaram a ter apenas uma via de rolamento e será mantido o estacionamento de ambos os lados com a exceção das calçadas, que receberá a ampliação de 1,5m de largura além do aumento já proposto por toda a via, este alongamento foi proposto para aumentar a segurança do pedestre nas travessias e criar espaços agradáveis de descanso nas esquinas.

A dimensão atual das calçadas varia de 1,4 a 1,8m e passaram a ter de 2,1 a 2,5m. Os espaços no interior da calçada foram reorganizados, mantendo no mínimo 1,2m livres de passagem; nesta área não tem nenhum tipo de interferência na passagem, sendo exclusiva ao pedestre; como a dimensão das calçadas são variáveis a área livre de passagem também varia, mas há uma área livre entre 1,2 a 1,6m, tornando a caminhada agradável, sem interferência e segura; também foi reservado uma largura de 0,75m para mobiliários, placas de trânsito, plantio de árvores. Nas esquinas as calçadas ganharam o aumento de 1,5m (além dos 0,7 já propostos) para facilitar a travessia de pedestres e o lado da esquina em que os carros não necessitam passar devido as vias serem de sentido único foi proposto ampliar a área para pedestres.

Foi proposto como mobiliário bancos, lixeiras, estruturas para vegetação e paraciclos (estruturas para guardar bicicletas), a figura 59 possibilita observar a organização das calçadas.

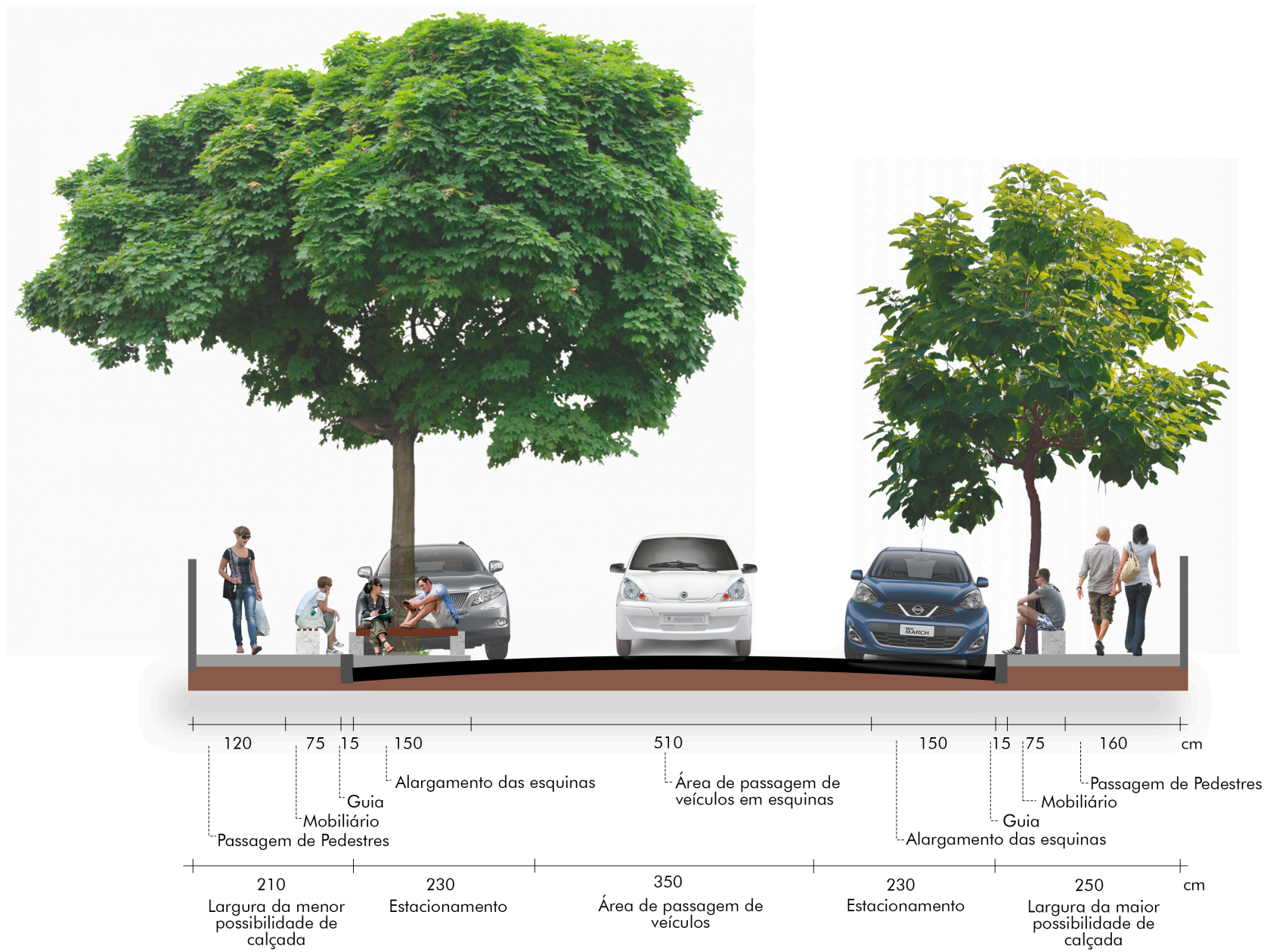
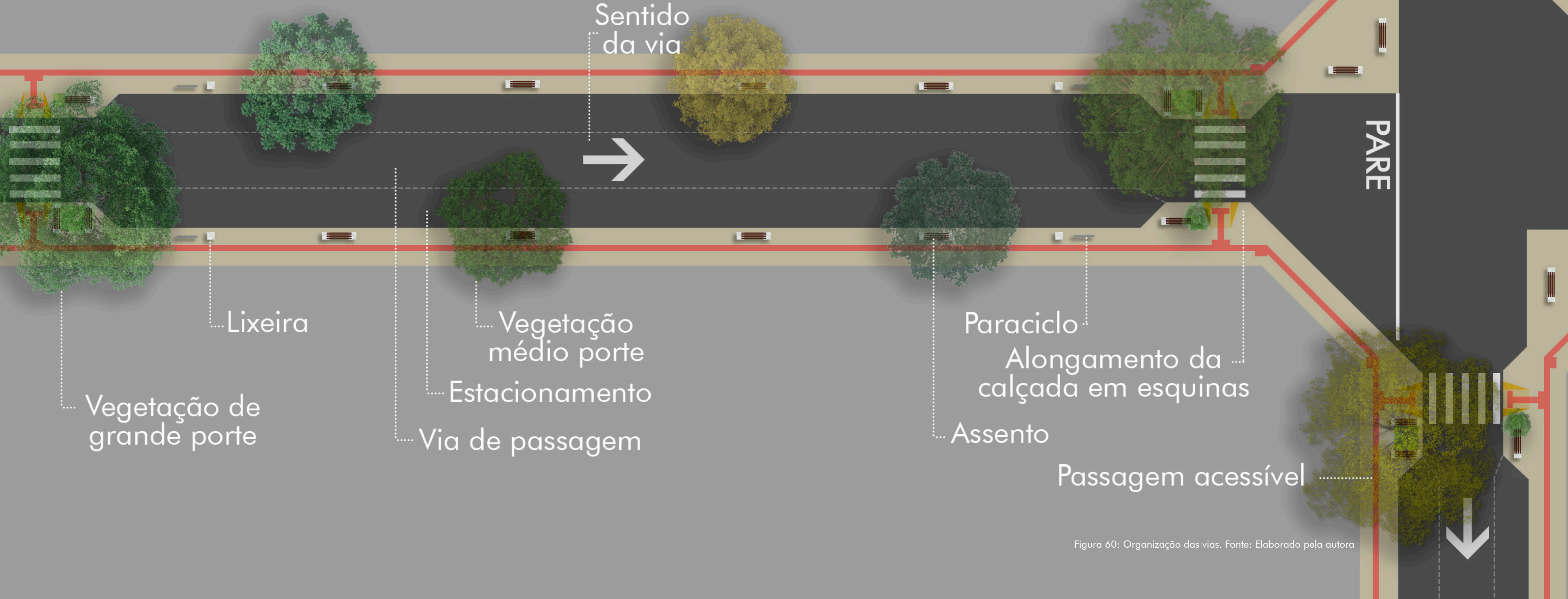


Figura 59: Corte da proposta de modificação nas vias locais. Fonte: Elaborado pela autora

Foi proposto também arborização de médio porte nas calçadas plantadas uniformemente no decorrer das quadras e arborização de grande porte nas esquinas. As árvores a serem plantadas podem explorar sentidos, com espécies que exploram cheiros, cores e texturas, podem também ser implantadas árvores de importância cultural, com sua identificação e importância, esses elementos irão tornar a caminhada mais interessantes para os pedestres. Na seleção das espécies não foram utilizadas de espécies tóxicas, que possuem raízes superficiais ou agressivas, espinhos, que são invasoras, possuir fruto ou folhas grandes, que forem caducas ou que possuir madeira frágil; estes cuidados evitaram futuros problemas com seu plantio, e a cidade terá só que ganhar com seus benefícios, como as sombras, a produção de oxigênio, a colaboração para o equilíbrio térmico do microclima, proteção contra vento, além de proporcionar espaços agradáveis para a permanência. A figura 60 apresenta a distribuição de mobiliários e vegetação.



Sentido da via



PARE

...Lixeira

...Vegetação médio porte

Paraciclo

Alongamento da calçada em esquinas

...Vegetação de grande porte

...Estacionamento

...Assento

...Via de passagem

Passagem acessível

Figura 60: Organização das vias. Fonte: Elaborado pela autora

Zona 2

A zona dois abrange uma parcela da população maior do que as anteriores, possuindo elementos que são úteis ao público, mas que não possui a necessidade de muita proximidade aos edifícios ou sua repetição, caso exista, não é tão constante. Nesta zona foi proposto elementos de lazer, como parklets e comércio noturno; foi proposto também equipamentos de apoio a comunidade, como creches e espaços coworkings; e foi proposto ainda apoio as áreas verdes presentes na zona 1 por meio da compostagem de restaurantes.

Os parklets serão propostos com o objetivo de proporcionar espaços de permanência agradáveis para o público que frequenta a área. Consumidores, moradores e trabalhadores poderão desfrutar de descanso e lazer com mobiliários agradáveis para relaxar. Foram propostos dois modelos de parklets, sendo um deles direcionado para o comércio de alimentos, como restaurantes, sorveterias entre outros, sendo posicionados em frente a estes serviços servindo como auxílio aos mesmos, possuindo balcão com bancos, como mostra a figura 61. O segundo modelo foi proposto para permanência mais independente, possuindo mobiliário que proporciona sentar, encostar ou até deitar, como mostra a figura 62. As imagens apresentam uma sugestão da autora para os mobiliários.



Figura 60: Modelo de Parklet de apoio a comércio alimentício. Fonte: Elaborado pela autora

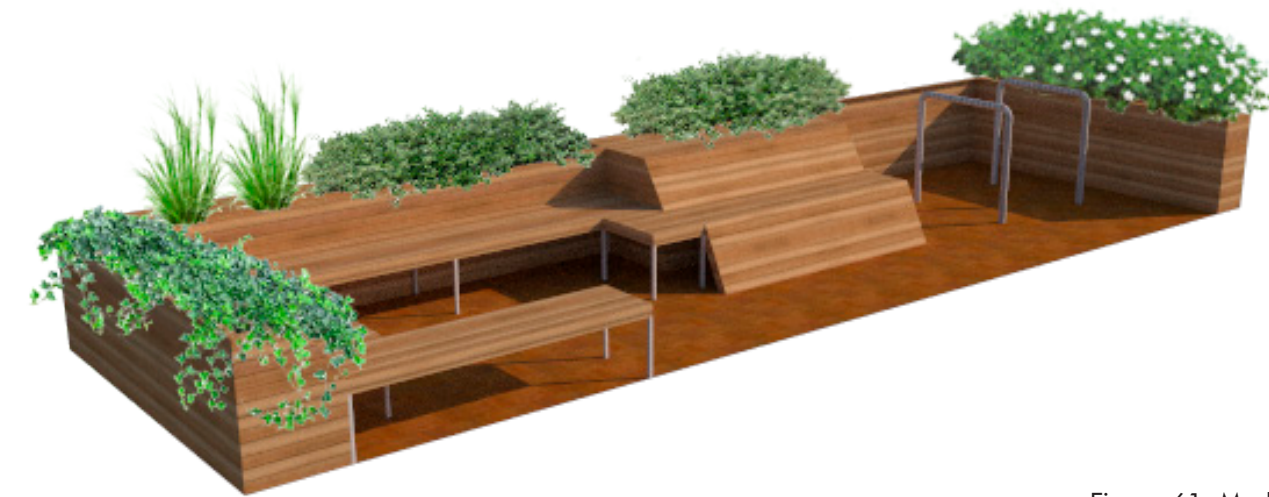


Figura 61: Modelo de Parklet para descanso. Fonte: Elaborado pela autora

Foi proposto também levar vida noturna para a área; foram utilizados os edifícios vazios para incentivar a implantação de comércio noturno com o objetivo de levar segurança a partir do movimento de pessoas. A proposta é ter comércios como bares, restaurantes, sorveterias, baladas, baile de idosos bem distribuídos suprindo a demanda da zona e garantindo segurança para a mesma. Esta escala de zona para a aplicação do comércio é importante porque assegura sua distribuição não deixando áreas extensas isoladas.

Também ocupando edifícios vazios foi proposto creches, uma cada delimitação de zona 2, para dar suporte à nova população que foi implantada por habitação social. O intuito é possuir várias pequenas creches, para não ficar longe das residências, sendo prático para os pais a leva-las e não necessitar de trabalho ou recursos para o transporte, não desperdiçando energia ou tempo.

Outra proposta para esta zona são espaços coworkings, estes são o compartilhamento de espaço e recursos para empresas ou profissionais autônomos, possuindo uma sede para diferentes profissionais. A partilha de espaço proposta pelo coworking gera a diminuição de gastos e recursos, o que a torna sustentável, os diferentes grupos que a frequentam possibilitam a socialização e gera a possibilidade de networking (conexões entre pessoas, que geram suporte profissional).

Por fim, esta zona contará também com a compostagem de materiais orgânicos por parte de comércios alimentares. A compostagem deve ser destinada as áreas verdes propostas pela zona 1. Está pratica diminuirá a quantidade de lixo gerada e beneficiará a adubagem das áreas verdes.

Confira na figura 63 as aplicações da zona 2.

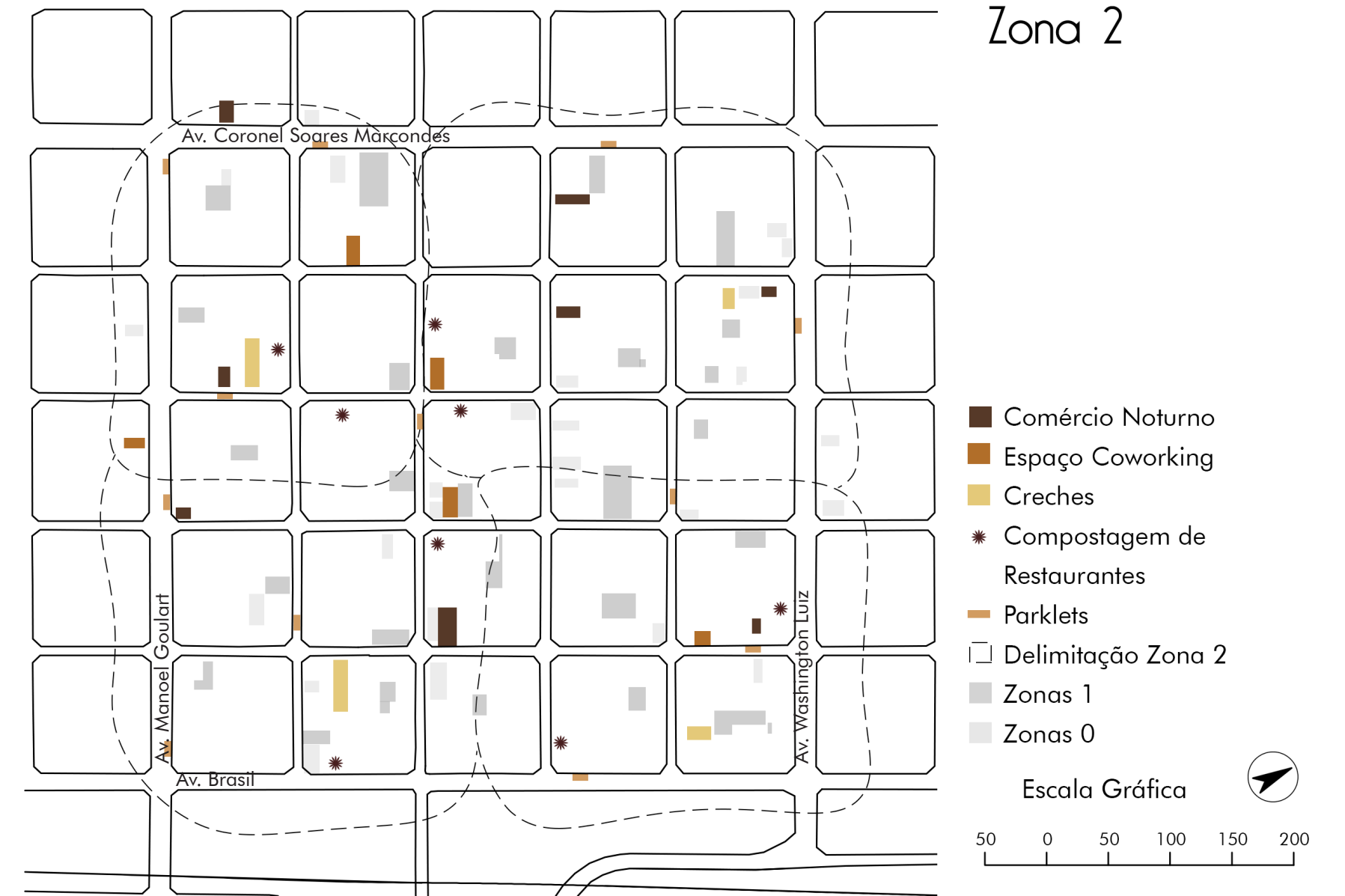


Figura 63: Zona 2-Intervenções da zona 2. Fonte: Produzido pela autora.

Zona 3

Esta zona engloba todo o quadrilátero central e possui elementos que a presença enriquece a vivência no mesmo, dando suporte aos moradores com elementos como: UPA, pré-escola, mercadão, abrigo para pessoas em situação de rua, centro de encontro para idosos.

A implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento é importante na área não apenas pela população que reside e que vai residir após a implantação do projeto, mas para o alto número de pessoas que frequentam a área e terão a possibilidade de atendimento médico quando necessário e ainda pela facilidade de transporte, por estar próximo ao terminal rodoviário e banhado de linhas que circulam toda a cidade, facilitando o acesso da população de todo o município. O local de implantação foi escolhido por ser uma área livre, possibilitando liberdade de projeto, já que projetos hospitalares requerem grande atenção, por ser um ponto de muito movimento, por estar em uma importante avenida que também facilita seu acesso e por estar próximo ao terminal rodoviário.

A pré-escola é uma demanda necessária ao bairro, já que em suas proximidades não possui nenhuma. A localização

escolhida para implantação é importante pois possui conexão com uma área verde, para que as crianças aprendem na escola a valorizar a alimentação orgânica e a cultivar os alimentos, possibilitando atividades ao ar livre que tornará a vivência escolar mais interessante e conectada ao meio ambiente, proporcionando empatia as crianças para assuntos ambientais.

Outra proposta para esta zona é a implantação de um mercadão para venda de produtos orgânicos podendo ser comercializados por moradores ou vindos do campo, desde que haja garantia de sua procedência sem agrotóxicos. Onde a população e os consumidores poderão desfrutar de uma variedade de alimentação saudável. O espaço possui área verde da zona 1 em que está inserido em conexão com o mercado e com uma área de lazer, para descanso e consumo. O espaço utilizado é uma grande construção abandonada com características arquitetônicas muito valiosas. A Figura 64 mostra como a divisão de espaço destinará diferentes usos para torna-lo usual e confortável.

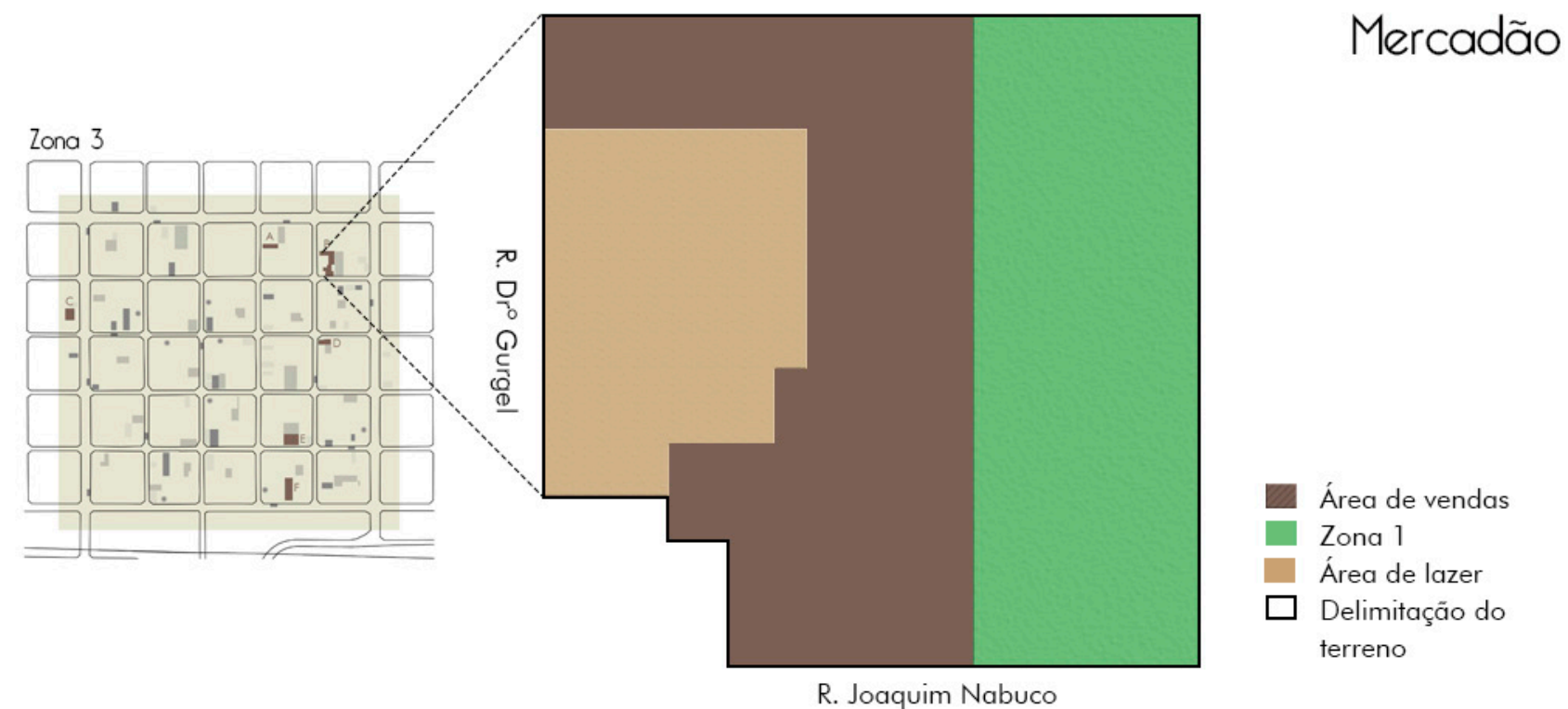


Figura 64: Planta de organização dos espaços do mercadão. Fonte: Elaborado pela Autora.

Esta zona abrangerá também uma área de abrigo com o objetivo de reinserção de pessoas em situação de rua para comunidade. O local deverá prover para os moradores alimentação, auxílio para retirada de documentos, zona zero bem trabalhada para a sustentabilidade e produção de alimentos. Os moradores do abrigo devem ter grande participação na área verde proposta pela zona 1, para haver a troca de conhecimento com pessoas da comunidade e a quebra de preconceito da comunidade para estas pessoas. O cultivo de alimentos deve levar a essas pessoas a possibilidade de terem uma renda e deve abrir seus horizontes para novas profissões.

Por fim, foi proposto um centro de encontro da terceira idade para unir esse público do bairro. Dessa forma, além de serem incentivados a socialização entre diferentes faixas etárias pelo cultivo em áreas verdes, serão incentivados a se socializar entre sua faixa etária para que haja uma aproximação, possibilitando que se crie vínculos de amizade. Para que isso tenha sucesso deve ser proposto desde atividades diurnas como ginástica, bordados, até atividades noturnas como jogos, bailes e festas.

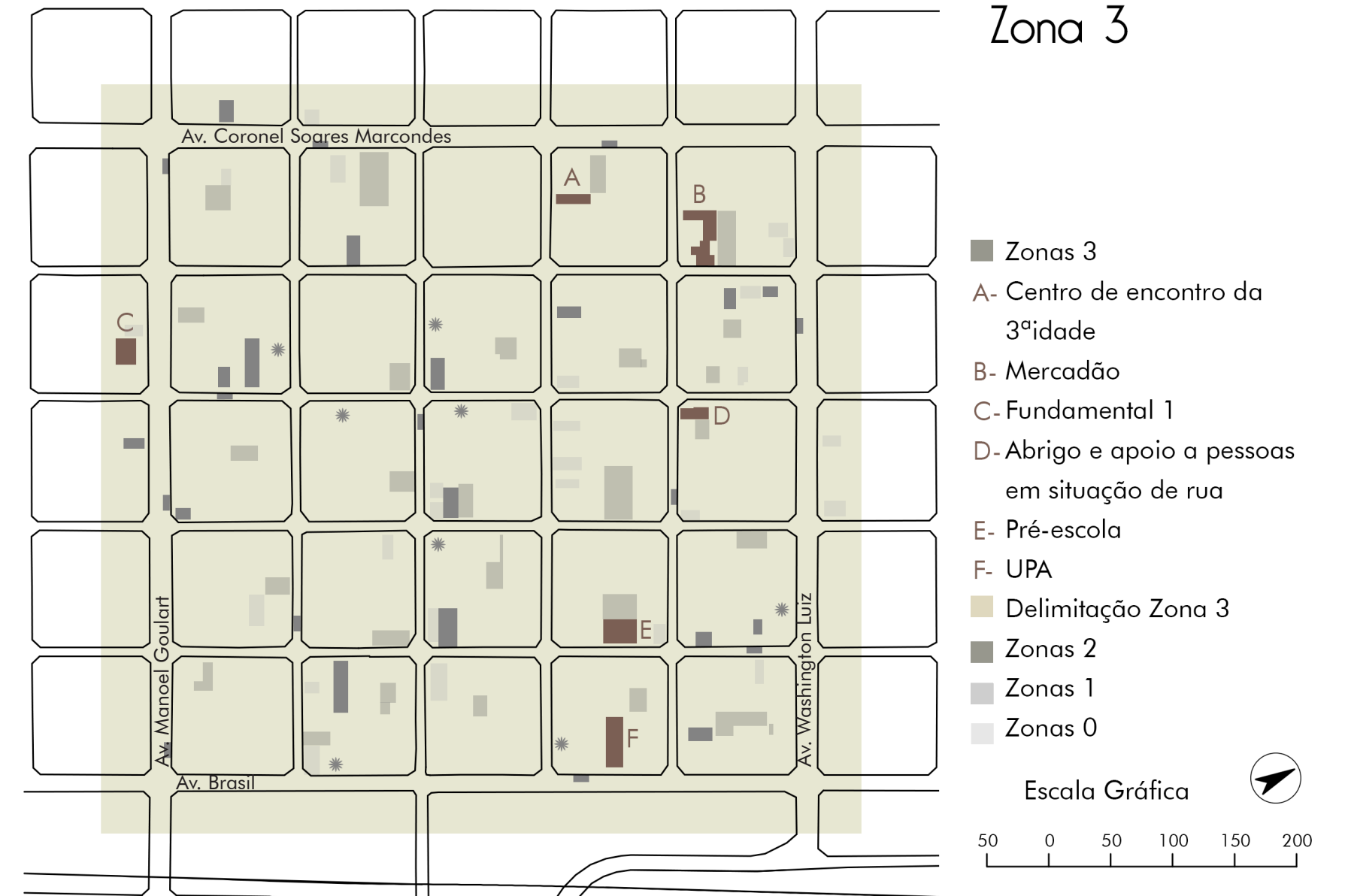


Figura 65: Zona 3-Intervenções da zona 3. Fonte: Produzido pela autora.

Zona 4

A zona 4 é a zona que ultrapassa os limites a serem trabalhados, as zonas 4 e 5 são posteriores ao bairro, mas geram impactos ao seu interior, levando públicos aos elementos que a área tem a oferecer e oferecendo recursos aos moradores do bairro que não possuem no mesmo.

Na zona 4 encontram-se os consumidores mais frequentes ao comércio oferecido no quadrilátero, este público será impactado pelas propostas de revitalização e passarão a utiliza-lo mais, não apenas para consumo, mas também para lazer. Ajudando assim nos ganhos dos comerciantes e na segurança do bairro.

Para os moradores do bairro o entorno que envolve a zona 4 deve ser um apoio a funções ou suportes que o bairro não oferece, mas que há certa frequência na necessidade de uso, como serviços complementares, comércios específicos, religião, etc.

O entorno pertencente a esta zona não é algo rígido geograficamente, sua demarcação é apenas uma orientação para facilitar a compreensão de sua função, englobando uma área que possibilite um acesso fácil.

Zona 5

A última zona a subsidiar o bairro é a zona 5. Esta zona servirá como apoio importante para os residentes da área que necessitam de conexões com seu entorno para se fortalecer e impactará também internamente através de consumidores, menos frequente que a zona 4, mas ainda fieis que com o sucesso da revitalização passarão a priorizar ainda mais o comércio da região.

Nesta região a população possui acesso a importantes conexões, envolvendo educação, através de escolas, cursos profissionalizantes, universidades; trabalho, pelos distritos industriais; saúde em hospitais, clínicas entre outras especialidades; alimento, através de hipermercados, feiras, lojas e restaurantes específicos, entre outras especificidades que não cabem a área de intervenção, apesar de ser essencial para os moradores.

Para a zona 5 ter um impacto positivo e significativo é importante ter boas conexões que permitam chegar ou sair da área central, já existem boas conexões vindas das vias de veículos, possibilitando fácil acesso por meio das avenidas que cercam a área e a ligam as rodovias próximas; em relação ao transporte público a área também possui boas conexões, pois está próxima ao terminal rodoviário que a conecta a toda a cidade, mas existe muitas reclamações com a superlotação dos ônibus, mostrando a necessidade de mais e melhores linhas a fim de tornar o transporte público mais confortável.

Mas em relação a conexões sem o transporte automotor as conexões ainda são falhas, não existe ciclovia que chega a área, apesar de existir um projeto a ser implementado que liga

o centro aos demais bairros da cidade, o que é essencial para o desenvolvimento sustentável da cidade, ainda não foi implementado; em relação a locomoção de pedestres também existem problemas, pois as calçadas da cidade possuem muitos obstáculos e poucas sombras, tornando a caminhada desconfortável. É fundamental que as conexões sustentáveis da cidade sejam revistas e melhoradas pois não é possível alcançar o desenvolvimento sustentável sem um bom projeto de locomoção que atenda a alternativas não poluentes.

Conclusão 5



O trabalho realizou um diagnóstico das dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e políticas na área do quadrilátero central de Presidente Prudente e, a partir da sua análise, desenvolveu uma proposta de planejamento e projeto urbano: -que atendesse as reais necessidades da área e das populações envolvidas, afim de torná-la: agradável, segura e justa para as pessoas, estimulando o cooperativismo através de um ciclo onde diferentes grupos se relacionam e se beneficiem, em uma sinergia comunitária positiva; -que revertesse o quadro exploratório ambiental utilizado historicamente, criando dinâmicas ambientais sustentáveis, diminuindo as necessidades excessivas de entradas (insumos) e os volumes de saídas (resíduos) e; -que fomente a economia, tanto comercial estimulando transações para que amplie seu potencial gerando mais empregos e desenvolvimento econômico, mas que também garanta alimentação de qualidade e em quantidade e a possibilidade de renda adequada para a população, para que vivam de maneira justa e digna. Atingindo, assim, os três pilares éticos da permacultura em beneficiar as pessoas, o meio ambiente e a economia justa.

Ao estruturar o centro a partir do oferecimento de habitação social nos edifícios abandonados da área, além da obviedade de beneficiar as pessoas contempladas com habitação em uma importante região, almeja-se o seu desenvolvimento econômico (devido ao forte comércio existente). A combinação do comércio noturno e outras atividades, que exploram usos além do horário comercial, irá incrementar os públicos já existentes na área (comércio tradicional e população idosa) criando novas dinâmicas com novos públicos, vitalizando a área em horários não comerciais e levando assim segurança para a população que já reside na área e para o comércio existente, aumentando a gama de consumidores, gerando dessa forma um ciclo, onde a existência de um beneficia o outro, valorizando todas as existências e espera-se que esta

colaboração gere empatia entre os diferentes grupos que se fizerem presentes.

Em relação ao meio ambiente foi reduzido o volume de entradas (serviços urbanos) e saídas (resíduos sólidos e efluentes), além de aumentar as áreas verdes, aumentou o número de árvores, foi implantado o armazenamento da água de chuvas, a compostagem de alimento, a compactação da cidade por meio do aproveitamento de edifícios e o incentivo a transportes alternativos. Estas aplicações além de diminuir o impacto ambiental, amenizarão os impactos do microclima da área, tornando a vivência no bairro mais agradável, transformando a caminhada mais viável como transporte, diminuindo assim a emissão de gás carbono.

Todas estas propostas impactarão positivamente a economia da área, tanto em relação ao comércio já existente que será beneficiado, por meio do conforto e bem-estar dos consumidores que passarão a frequentar mais a área; quanto em relação as pessoas que terão da agricultura uma garantia de alimentação saudável, além de ser uma possibilidade de renda para pessoas desempregadas.

Conclui-se que a aplicação combinada e estruturada dos elementos propostos dará do bairro, uma dinâmica eficiente e permanentemente sustentável, além de combater a carência habitacional, a fragilidade familiar dos assentamentos tradicionais, a degradação do patrimônio arquitetônico e da centralidade histórica e de debater a sociedade e a socialização que desejamos ou precisamos, mesmo sem saber.

REFERÊNCIAS

- BENTLEY, Ian & outros. **Entornos Vitales: hacia un diseno urbano y arquitectonico mas humano**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.
- BURNETT, Lee. **Flint looks to the future: placemaking for a resilient city**. 2008. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/flintlookstothefuture>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- Cidade limpa**. Disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/cidadelimpa/conheca_lei/conheca_lei.html>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- CRISTÓFANO, Maria Eduarda Suguimoto de. **Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)** - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2017.
- Del Rio, Vicente, **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**- São Paulo: Pini, 1990.
- FARR, D. **Urbanismo Sustentável: Desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FIORIN, Evandro; HIRAO, Hélio. **Cidades do Interior Paulista: Patrimônio urbano e Arquitetônico**/ Evandro Fiorin, Hélio Hirao (Orgs.). Junidaí, Paco Editorial; São Paulo, Cultura Academica: 2015
- GAsPERR. **Recortes: Produção do Espaço e Redefinições Regionais**, n°4. Preaidente Prudente, SP, 1995
- GEHL, J. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GUIMARÃES, Luciano. **12 propostas para recuperar centros urbanos com foco na habitação social**. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/12-propostas-para-recuperar-centros-urbanos-com-foco-na-habitacao-social/>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- HOLMGREN, David. **Os Fundamentos da Permacultura**. Tradução: Alexander Van ParysPiergili e Amantino Ramos de Freitas.HolmgrenDesign Services © 2007
- HOLMGREN, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. / David Holmgren; tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Prudente, SP. Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/2VWBO> > Acesso 20/01/18.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Prudente, SP. Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/2W8L7> > Acesso 20/01/18.

INSTITUTO Kairós: Tecnologias Sociais. 2011. Disponível em: <<http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes**, São Paulo: editora Martins Fontes Ltda (2009)

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MATSUMOTO, Patrícia, S. S. FLORES, Edilson F. **Estatística Espacial na Geografia: Um Estudo Dos Acidentes de Trânsito em Presidente Prudente – SP**. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP campus Presidente Prudente, 2009.

MOLLISON, Bill; SLAY, Reny Mia. **Introdução à Permacultura**. 2ª. Ed. Editora TagariPublications. 1994.

NEME, Fernando J.P. **Permacultura Urbana**. São Paulo, 2014

PRESIDENTE PRUDENTE. **A Cidade: Informações**. 2018. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PROCOPIUCK, DJALO, **comércio como fator de coesão dos centros urbanos**: Caso da revitalização comercial do centro de Curitiba, 2008

ROLNIK, Raquel, O que é cidade -São Paulo 1995. São Paulo: Brasiliense, 1995 (coleção primeiro passos; 203)

SOARES, André Luis Jaeger. **Conceitos Básicos Sobre a Permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

TERRA Una: Ecovila. 2018. Disponível em: <<https://www.terrauna.com.br/ecovila>>. Acesso em: 25 nov. 2018.